

Economia se move em meio à crise política

A composição do magro 0,2% do crescimento do PIB do segundo trimestre, sobre o primeiro, índice que insinua uma estabilidade, traz boas notícias. A evolução em 1% no primeiro trimestre tinha sido construída por uma safra recorde, cuja característica é produzir efeitos de fôlego curto — positivos ou negativos. E agora, foram os serviços — respondem por 65% do PIB —, que tracionaram este pequeno, porém bem-vindo, crescimento.

Ao contrário das safras, colhidas e comercializadas, o setor de serviços pode dar contribuição positiva à economia bem mais duradoura. Mais ainda: esta expansão se deve ao aumento do consumo das famílias, razão direta da retomada de algum poder de compra da população. Também em comparação com o trimestre anterior, houve, neste item, uma expansão de 1,4%, algo que não acontecia há mais de dois anos.

Explica-se o feito, em boa medida, por uma das mais baixas inflações em muito tempo (3,6%), além de os juros estarem em queda vertiginosa — voltaram à casa do dígito único, 9,5%, e de maneira natural, não por voluntarismo. Outra diferença substantiva em relação aos tempos lulopetistas é que a elevação do consumo não se deve a políticas suicidas baseadas em aumento descuidado dos gastos públicos e incentivos tributários sem limites, uma trilha cujo ponto final foram a explosão das contas públicas e a maior recessão da história, que começa a chegar ao fim — tecnicamente chegou —,

depois de dois anos de queda vertiginosa do PIB.

Fica demonstrado na prática o enorme equívoco de teses “desenvolvimentistas” que admitem inflação como um elixir benigno. Daí este crescimento do consumo ser de uma qualidade apurada. Outro ingrediente deste bom cenário é a queda da taxa de desemprego, para 12,8%, segundo o IBGE. O índice ainda é elevado — mas já foi de 13,7%, em março —, além de os empregos que estão sendo gerados serem de baixa qualidade: informais e mal remunerados. Mas costuma ser assim no início de processos de retomadas.

Esta, por exemplo, ainda não ativou os investimentos, algo essencial. Os pontos de interrogação sobre o futuro se multiplicam ainda mais devido à crise política, em cujo centro está um presidente refém de votos na Câmara, para continuar barrando a chegada ao Supremo de denúncias contra ele feitas pela Procuradoria-Geral da União. É pedir demais ao Congresso que, com espírito público, limpe o terreno à frente do PIB, aprovando a reforma da Previdência na versão carimbada pela comissão especial que a examinou.

Mas é disso que se trata. As forças responsáveis no Legislativo devem entender a mensagem que o PIB transmite: é possível a economia se recuperar em bases saudáveis, mas desde que o cenário fiscal saia das nuvens e aponte para o reequilíbrio do Orçamento.

Recuperação pelo consumo

Gastos das famílias puxam alta de 0,2% no PIB, mas fôlego pode ser menor daqui para frente

MARCELLO CORRÊA,
MARINA BRANDÃO,
CÁSSIA ALMEIDA
E GABRIEL MARTINS*

O dinheiro extra do FGTS, a inflação mais baixa e os juros menores aumentaram o poder de compra do brasileiro no segundo trimestre e ajudaram a tirar o país da recessão mais duradoura e intensa pela qual já havia passado. Após nove trimestres em queda, o consumo das famílias registrou alta de 1,4% na comparação com os três meses anteriores, surpreendeu analistas e foi o principal fator por trás do crescimento de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no período. O resultado — a segunda expansão consecutiva da economia brasileira — permitiu que, pela primeira vez em mais de dois anos, especialistas dissessem que o pior da crise ficou finalmente para trás. No primeiro trimestre, o PIB havia crescido 1%, a primeira alta após uma sequência de oito trimestres negativos. O número, no entanto, foi visto com muita cautela e não empolgou, por ter sido resultado de um desempenho extraordinário da agropecuária, que representa pouco mais que 5% da economia brasileira. Agora, o cenário é diferente. O consumo das famílias tem peso de

64% do PIB, quando consideradas as componentes do lado da despesa. E, quando cresce, ajuda a impulsionar o setor mais importante do país, o de serviços, que responde por 73,3% da economia, pelo lado da produção.

E foi exatamente isso que aconteceu no segundo trimestre. Embalado pelo consumo em alta, o setor de serviços cresceu 0,6% na comparação com o primeiro trimestre. Foi a maior alta desde o terceiro trimestre de 2013. Na comparação com o segundo trimestre do ano passado, o dado ainda é negativo, queda de 0,3%, porém menos intensa que nas divulgações anteriores. Nesse tipo de cálculo, o consumo das famílias também avançou, 0,7%. — Quando consumo e serviços começam a se recuperar, é muito mais consistente do que a gente tinha no primeiro trimestre — afirma Luis Otavio Leal, economista-chefe do banco ABC Brasil. Só as contas inativas do FGTS injetaram cerca de R\$ 40 bilhões na economia nos últimos meses. Embora parte desse dinheiro tenha sido destinado ao pagamento de dívidas e à formação de poupança, uma parcela significativa foi gasta no comércio. O segmento, que faz parte do setor de serviços pela metodologia do PIB, cresceu 1,9% no segundo trimestre, em relação ao primeiro — a maior alta desde 2014.

Ao efeito FGTS, se somou a inflação mais baixa, que ficou em 3,6%, na média do período. Com o índice de preços mais controlado, o dinheiro no bolso de quem conseguiu manter o emprego ficou mais valioso: a massa salarial registrou alta real de 2,3%. Contou ainda a queda da Taxa Selic, que baliza os juros da economia, passando de uma média de 14,1% ao ano em 2016 para 10,9% ao ano no segundo trimestre de 2017. — De abril a junho, houve mais abertura de postos de trabalho, o que não acontecia desde 2014. Isso talvez seja o fator mais importante para explicar essa reação do comércio. Houve melhoria do mercado de trabalho, tanto do ponto de vista do emprego, como da renda. O crédito ficou mais barato. Tivemos também o fator FGTS, o que ajudou o comércio. E, por último, a inflação baixa. Eletrodomésticos e bens de consumo duráveis, por exemplo, estão acumulando deflação — resume Fabio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

INVESTIMENTOS AINDA EM QUEDA

A análise de que o saque das contas inativas do FGTS — encerrado em julho — foi importante para o resultado do segundo trimestre levantou a questão sobre a possibilidade de o consumo manter o ritmo de crescimento nos próximos





meses. Artur Passos, economista do Itaú Unibanco, avalia que há fôlego para continuar crescendo, mesmo sem o dinheiro extra circulando, embora os próximos resultados tendam a ser menos intensos: — O consumo cresceu com a melhora dos fundamentos da economia. O mercado de trabalho reagiu antes do que se esperava. Não foi uma coisa pontual por causa do FGTS. Nas famílias, o clima é de volta gradual à normalidade. Na casa da corretora de imóveis e advogada Luciana Fátima, de 45 anos, a volta por cima da crise veio na forma de uma ideia de negócio próprio: — O mercado imobiliário sofreu muito com a crise. Por causa disso, há mais ou menos um ano, eu abri a Lufaz-Doces, um empreendimento em que vendo doces por encomenda. Resolvi apostar nessa área por ser algo que eu já gostava de fazer.

A empreitada conta com a ajuda do marido, o professor de Educação

Física Jorge dos Santos, de 55 anos. Embora tenha feito cortes no orçamento, a corretora está otimista: — Nos últimos meses, houve uma leve procura por imóveis para compra, e a minha venda de doces se mantém estável. Caso o cenário de crescimento continue, a situação tende a melhorar. A agropecuária também foi surpresa positiva. Após o crescimento recorde do primeiro trimestre, parte do mercado esperava queda, mas o setor ficou estável. Ou seja, manteve o ritmo de crescimento na comparação anual. A nota preocupante continua a ser os investimentos, que registraram queda de 0,7% e ainda acumulam retração de 6,1% em quatro trimestres. Segundo analistas, o comportamento dos investimentos daqui para frente deve definir se os dados positivos do primeiro semestre deste ano são o início de uma trajetória de crescimento sustentável ou apenas um solução da economia brasileira.





OS NÚMEROS DO TRIMESTRE

APÓS NOVE QUEDAS CONSECUTIVAS, CONSUMO DAS FAMÍLIAS REGISTROU ALTA DE 1,4%

Em relação
ao primeiro
trimestre

1,4%

Consumo
das famílias

-0,7%

Investi-
mentos

-0,9%

Consumo do
governo

0,6%

Serviços

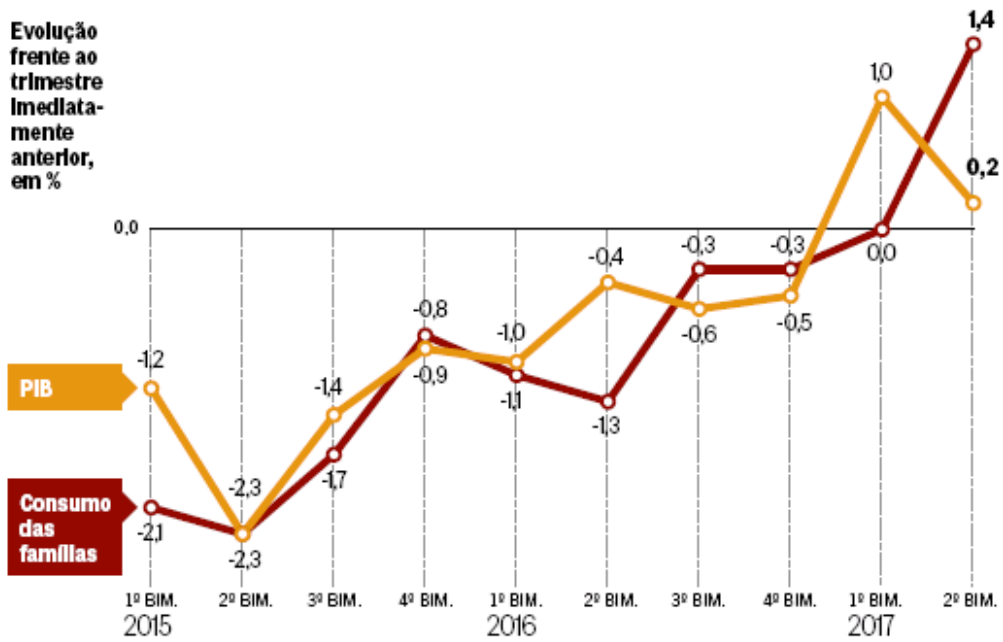
-0,5%

Indústria

0

Agropecuária

Evolução
frente ao
trimestre
imediate-
mente
anterior,
em %



Fonte: IBGE

Editoria de Arte

Temer diz que ‘o Brasil está crescendo e se recuperando’

Meirelles vê avanço em ritmo ‘forte e constante’ no ano que vem

GABRIELA VALENTE
VIVIAN OSWALD

BRASÍLIA E PEQUIM - Os principais integrantes do governo comemoraram ontem o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre. Em Pequim, o presidente Michel Temer afirmou que o avanço da economia indica a recuperação do país. Já o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, acredita que os números indicam que o país superou a recessão, enquanto para Dyogo Oliveira, do Planejamento, o cenário reforça a confiança. — (O dado) Mostra o que estamos revelando ao longo tempo: o Brasil está crescendo e se recuperando — disse Temer. Em nota, Meirelles afirmou que a atividade econômica se fortalecerá, e o país voltará a crescer em um ritmo constante no ano que vem: “Esta retomada da atividade irá se fortalecer nos próximos meses. Entraremos em 2018 num ritmo forte e constante. Continuaremos a trabalhar para garantir que essa expansão seja longa e duradoura, gerando emprego e renda para os brasileiros”.

MEIRELLES: RECESSÃO SUPERADA - Segundo Meirelles,

os dados do IBGE confirmam que o Brasil supera a pior recessão da história. Ele ressaltou que, entre abril e junho, o país teve o segundo trimestre consecutivo de crescimento, depois de dois anos de retração, inflação recorde e desemprego crescente. “As medidas que adotamos para recolocar o Brasil no caminho do crescimento sustentável começam a mostrar seus efeitos. As empresas estão voltando a contratar. A inflação baixa e a queda consistente dos juros contribuem para a retomada do consumo das famílias. O IBGE mostrou que o consumo familiar voltou a crescer depois de nove trimestres de retração”, observou o ministro. Oliveira, por sua vez, afirmou que os dados confirmam que o pior já passou e que o país vai se manter na retomada do crescimento econômico. “O desempenho da economia entre abril e junho confirma as expectativas do governo de que a segunda metade de 2017 será ainda mais favorável à atividade econômica, levando a um ano de 2018 bastante promissor para o setor produtivo e para as famílias”, destacou o ministro. E acrescentou: “Esse cenário reforça nossa confiança e realimenta nossas energias para avançarmos com a agenda de reformas fundamentais para o futuro do nosso país”.

FUTURAS MEDIDAS FAVORÁVEIS - O crescimento de 0,2% do PIB no segundo trimestre ante o mesmo período de 2016 aponta para um desempenho melhor que o inicialmente projetado pelas expectativas de mercado, afirmou Oliveira. Segundo ele, o resultado corresponde a um ritmo de crescimento anualizado de 1%. Oliveira ressaltou ainda que o principal destaque foi a retomada do consumo das famílias e do setor de serviços, “resultante de medidas propostas pelo governo de aperfeiçoamento de importantes instrumentos econômicos”. Ele lembrou a permissão de saques das contas inativas do FGTS, a redução dos juros do crédito consignado e do cartão de crédito. “Vale dizer que, nos próximos meses, outras medidas favoráveis ao crescimento econômico deverão alcançar resultados similares, garantindo a manutenção da retomada da atividade, do emprego e da renda, de maneira sólida e sustentável”. De acordo com o ministro do Planejamento, a queda de 0,7% da Formação Bruta de Capital Fixo confirma a desaceleração do recuo. Isso prepara a “retomada do investimento, decorrente da redução da taxa de juros real futura e do cenário mais positivo de recuperação econômica”.

No período de um ano, PIB acumula queda de 1,4%

Economia do governo Temer é marcada por inflação baixa e desemprego

LUCIANNE CARNEIRO

Em meio a uma crise fiscal, o presidente Michel Temer fecha seu primeiro ano no posto com uma queda de 1,4% no Produto Interno Bruto (PIB) acumulada nos quatro trimestres de seu governo. Nesse período, o único impulso positivo do PIB veio da agricultura, com alta de 6,2%. Todos os demais indicadores recuaram. O resultado tem ligação direta com os eventos econômicos. No início de dezembro, o governo enviou o projeto da reforma da Previdência ao Congresso, que fixava em 65 anos a idade mínima para aposentadoria pelo INSS e para funcionários públicos federais. A proposta também definia que, para receber benefício integral, o trabalhador precisaria contribuir por 49 anos. Ao longo dos meses, no entanto, a proposta foi muito modificada até a aprovação na comissão especial da Câmara, com várias concessões. Uma segunda sinalização do compromisso fiscal do governo Temer foi a aprovação do teto de gastos, que fixa um limite para os gastos públicos por 20 anos. O texto cria um teto para o gasto público para evitar que a despesa cresça mais que a inflação do ano anterior.

CRISE POLÍTICA E JURO MENOR

Pela primeira vez desde 2003, a meta de inflação foi reduzida. Em junho, esta foi fixada em 4,25% para 2019, contra os 4,5% previstos para este ano e 2018. Em 2020, a meta de inflação será de 4%. A margem de tolerância para os próximos anos será de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo — hoje, são 2 pontos. Em julho, o governo conquistou uma das principais vitórias de sua agenda: aprovou a reforma trabalhista, após uma sessão tumultuada. O texto muda dezenas de artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), afetando itens como jornada de trabalho, férias e trabalho remoto. Após muita negociação, o governo anunciou em agosto as revisões das metas fiscais de 2017 e de 2018, com um déficit primário de R\$ 159 bilhões. A projeção para 2019 também piorou: de resultado positivo de R\$ 23,2 bilhões para déficit de R\$ 51,8 bilhões. Quando Temer assumiu a presidência após o afastamento de Dilma Rousseff, o déficit do setor público estava em 2,52% do PIB (ou R\$ 150,10 bilhões nos 12 meses até maio de 2016). Em julho de 2017, chegou a R\$ 170,20 bilhões no acumulado de doze meses, ou 2,66% do PIB. A situação fiscal piorou, e o cenário imaginado de aprovação integral da reforma da Previdência em 2017 parece distante.

A delação de Joesley Batista, da JBS, trouxe à tona uma crise política que afetou e ainda afeta a confiança na economia e o início da reação econômica. As incertezas se renovaram com a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Temer. Ele se livrou, graças ao apoio de parlamentares, mas há o risco de uma segunda denúncia, o que compromete as expectativas. A inflação é, de longe, o indicador com melhor desempenho no último ano, ainda que a alta menor de preços seja explicada, principalmente, por um motivo não tão nobre: a recessão. O resultado acumulado em 12 meses, que era de 8,97% em agosto de 2016, caiu para 2,71% em julho de 2017 — o menor desde fevereiro de 1999. Com os preços sob controle, o Banco Central pôde começar a baixar os juros. A taxa básica (Selic) começou a cair em outubro. De 14,25% ao ano, hoje está em 9,25% e deve encerrar o ano em 7,25%. O desemprego é o reflexo mais evidente da crise na vida das pessoas. Quando Temer assumiu, a taxa já estava em 11,3% — subia desde o início de 2015. O índice disparou e atingiu o recorde de 13,7% no primeiro trimestre de 2017. O mercado dá sinais de melhora, embora ainda puxada pela informalidade. No trimestre encerrado em julho, o desemprego caiu para 12,8%, mas o contingente de desempregados ainda é de 13,3 milhões.

Economistas divergem se retomada veio para ficar

Muitos veem crescimento cíclico, sem fôlego para continuar se não houver reformas. Outros vislumbram recuperação gradual

CÁSSIA ALMEIDA,
MARCELLO CORRÊA,
RENNAN

SETTI, MARINA BRANDÃO
E LUCIANNE CARNEIRO

Reação no mercado de trabalho mais rápida do que o esperado; inflação e juros básicos em queda; e crédito começando a melhorar sustentam a recuperação da economia daqui para frente, na opinião de especialistas. Mas essa convicção não é unânime. Há quem afirme que essa recuperação responde a um movimento cíclico da atividade econômica, quando estoques são recompostos depois de muito tempo, empurrando a economia. E os ganhos salariais, puxados pela inflação baixa provocada pela recessão prolongada, não devem se repetir por muito tempo.

— Começamos a ver a recuperação do mercado de trabalho e os juros estão caindo, o que vai ajudar lá na frente — afirma Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. Para a economista Monica de Bolle, professora da Escola de Estudos Avançados da Universidade John Hopkins e pesquisadora sênior do Peterson Institute for International, o

crescimento de 0,2% é apenas um movimento autocorretivo da economia, após um longo ciclo recessivo. — Não teve reação do lado do investimento, o quadro fiscal está desordenado, não fizeram ajuste, não fizeram reforma. O teto dos gastos vai cair sobre nossas cabeças sem a reforma da Previdência. A leve melhora não vai se sustentar tanto assim com o consumo — afirma Monica.

‘ESSA REAÇÃO É RESULTADO DA PRÓPRIA RECESSÃO’

Ela lembra que o consumo das famílias reagiu, mas isso ocorreu após nove trimestres seguidos de queda: — A inflação em queda, mais acentuada do que o Banco Central (BC) previa, é um movimento endógeno. Vai haver algum sinal de recuperação. Alguns salários para os que estão empregados foram reajustados pela inflação passada, e há com isso um ganho salarial. Essa reação é resultado da própria recessão prolongada e um pouco da atuação do BC. Para Vale, da MB Associados, a reversão do quadro recessivo foi muito forte, o que demonstra a força da recuperação: — A recuperação não tem sido trivial. Saímos da maior recessão por dois anos, de 3,6%, para um crescimento, sem poder usar os instrumentos clássicos para reativar a economia, como políticas fiscal e monetária, num primeiro momento.

Além disso, conseguimos aprovar o teto dos gastos, a reforma trabalhista e devemos aprovar a TLP (nova taxa de juros do BNDES). Sem a retomada dos investimentos, não haverá uma reação mais sólida do PIB, afirma Margarida Gutierrez, do Coppead/UFRJ: — Para isso, será preciso recuperar a confiança no futuro da economia, a aprovação de reformas de impacto fiscal e a diminuição das incertezas da crise política. De acordo com a economista, caso o ritmo do primeiro semestre seja mantido, o PIB encerrará o ano com crescimento de 1%: — Isso tem tudo para acontecer, porque as bases estão dadas. A questão é que pode haver um fator exógeno, como se tivermos um outro 17 de maio (data em que O GLOBO divulgou as denúncias contra o presidente Michel Temer, fruto da delação de Joesley Batista, da JBS).

Para André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos, a alta impulsionada pelo consumo das famílias não é suficiente para garantir um crescimento sustentável da economia. Segundo o analista, as taxas de desemprego ainda pesam sobre a atual conjuntura: — Muita gente tem falado que a queda do desemprego poderia puxar o consumo das famílias. Mas, apesar de as taxas estarem diminuindo, o número de desempregados ainda é muito elevado, e a qualidade dos empregos criados está pior. Criam-se mais vagas sem carteira de





trabalho do que com carteira. A geração de empregos não é suficiente para garantir tanto crescimento. O economista defende ainda que, apesar de o resultado positivo ser o segundo seguido no ano — o que, tecnicamente, representaria o fim da recessão — ainda não é possível garantir o fim deste cenário:

— Não é o que sentimos na sociedade. Para se ter uma ideia, se o PIB crescer 1% por trimestre, chegaremos ao nível de produção de 2014 só em 2019. O governo está tão desesperado que está literalmente contando moedinhas. O que vemos é uma atividade ainda muito fraca para o tamanho do tombo da economia. A taxa de desemprego vem caindo há dois trimestres, mas ainda há 13,3 milhões de pessoas à procura de ocupação. O Banco Central vem baixando os juros desde novembro do ano passado, que caíram de 14,25% ao ano para 9,25%. A expectativa do mercado é que cheguem a 7,25% no fim de 2017. E, ontem, após a divulgação do resultado do PIB, os juros no mercado financeiro recuaram. Isso pode dar um fôlego ao crédito, que já mostrou ligeira reação no trimestre, com as concessões de empréstimos subindo 1,8%.

FUNDAMENTOS PARA SUSTENTAR RECUPERAÇÃO

Alessandra Ribeiro, sócia economista da Tendências Consultoria, afirma que há fundamentos que podem sustentar a recuperação: — A inflação está caindo muito mais que se imaginava, houve geração de vagas no segmento do setor privado sem carteira assinada, antes até do que se

imaginava, a renda real está subindo 3%. A queda de juros vai dar mais força para o crédito. Mas o movimento dos estoques indica uma recuperação mais cíclica. Os números do IBGE mostram que, do segundo trimestre de 2015 ao segundo trimestre de 2016, os agentes somente queimaram estoques, diante da retração da demanda. Um exemplo claro é a indústria automobilística, que operou durante um bom tempo usando menos da metade de sua capacidade instalada.

— No terceiro trimestre de 2016, o indicador de estoques ficou nulo e, depois, passou a ser positivo. Nesse sentido, podemos dizer que é uma recuperação cíclica natural. Começa-se a se recompor estoques, mesmo que a demanda não tenha crescido — afirma Paulo Levy, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Solange Srour, da ARX Investimentos, vê poucas chances de a economia voltar a recuar, mas tem dúvidas se o PIB vai crescer de forma sustentada: — A recuperação é gradual. Agora, se vamos voltar a crescer de forma sustentada, a 2%, 2,5% ao ano, é uma outra discussão, que depende de diversos fatores. Mas o fundo do poço parece estar definitivamente para trás.

EXPECTATIVA DE RESULTADO MELHOR DO PIB

Os analistas destacam ainda que um crescimento puxado exclusivamente pelo consumo — o investimento continua em queda — não é sustentável a longo prazo. Mas a recessão foi tão profunda que, pelas estimativas do economista Luiz

Otávio Leal, da ABC Brasil, mesmo que o consumo siga avançando, só em 2019 a economia terá ocupado toda a ociosidade que tem hoje disponível. Para 2018, a preocupação é com o cenário eleitoral. Vale, da MB Associados, lembra que uma campanha eleitoral polarizada entre candidatos extremistas pode minar a recuperação da economia brasileira. De qualquer maneira, o resultado do PIB divulgado ontem pelo IBGE veio acima do esperado pelos analistas e já provocou uma revisão das projeções para a expansão do PIB deste ano e do próximo. Vale revisou sua expectativa para o PIB de 2017 de 0,3% para 0,7%. Para 2018, prevê alta de 3%.

Até a divulgação dos números do segundo trimestre ontem pelo IBGE, esperava alta de 2,5%: Alessandra, da Tendências, vai mudar seus números. Ainda está fazendo as contas, mas deve subir sua projeção do resultado do PIB deste ano de 0,3% para 0,5%. Manterá uma previsão de crescimento de 2,8% para 2018, mas admite que este poderá ser maior. O Ibre, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), revisou sua projeção de 2017 de 0,6% para 0,7%, diante do resultado acima do esperado no meio do ano. O ABC Brasil também espera PIB maior e agora vê um crescimento de 0,5%, e não mais de 0,3%. A ARX Investimentos, que estava prevendo 0,1% de avanço do PIB no segundo trimestre, acredita que a economia vai fechar o ano com avanço de 0,7%. — Não mudamos a projeção, mas agora ela está com um viés de alta — disse a economista Solange Srour.

Brasil é vice-lanterna do crescimento global

País teve leve melhora depois de 6 trimestres seguidos na última posição

Após quase dois anos, o Brasil saiu da lanterna do crescimento mundial no segundo trimestre, mas ainda amarga a penúltima posição no ranking liderado pela China. Enquanto o mundo consolida trajetória de expansão depois de 2008, ano da maior crise global desde a década de 1930, o Brasil registra recessão desde o terceiro trimestre de 2014 e só agora dá sinais de recuperação. Numa comparação com o desempenho trimestral, frente ao mesmo período do ano anterior, o Brasil figura na penúltima posição — após seis trimestres seguidos na lanterna —, segundo levantamento do economista Alex Agostini, da Austin Ratings. O Brasil só ficou à frente da Noruega. Um ano e meio de resultados negativos deixou o país numa situação de desvantagem frente aos vizinhos da América Latina, aos países dos Brics e aos países desenvolvidos, inclusive aqueles que mais sofreram com a crise global, como a Grécia, que chegou a ver sua economia recuar 25%. A Grécia

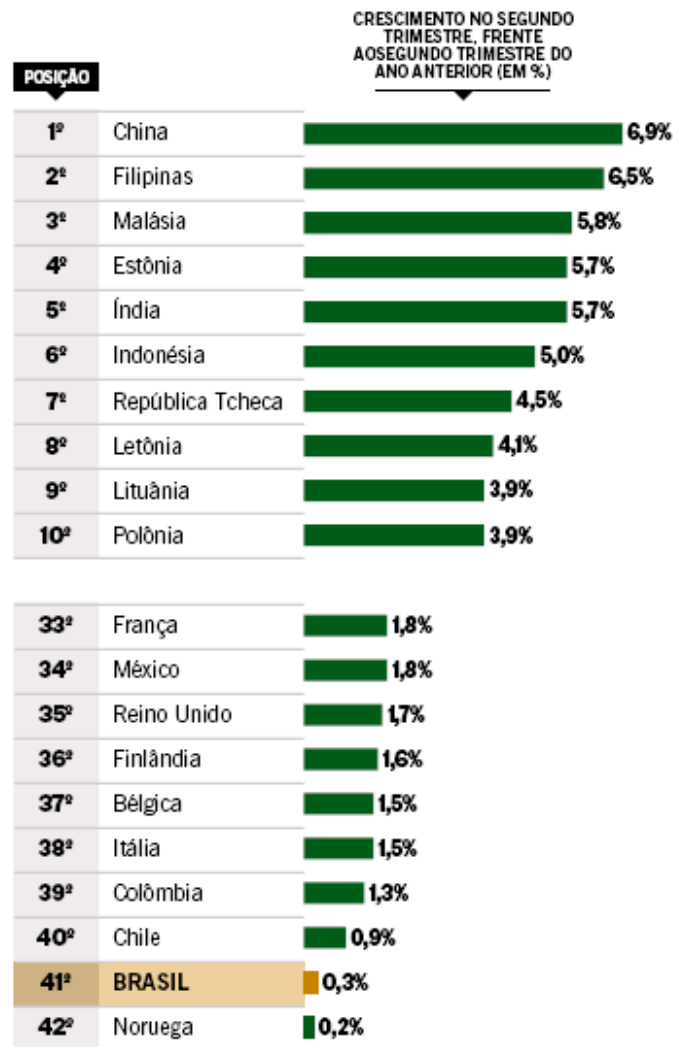
ainda está combatida, mas numa situação menos pior que o Brasil.

— Essa mudança é muito mais por causa da desaceleração da Noruega do que pelo avanço do Brasil. Claro, o Brasil cresceu, saiu do negativo, não podemos tirar o mérito, mas é mais um tropeço da Noruega, que vinha crescendo a taxas maiores nos outros trimestres — afirma o economista Alex Agostini, da Austin Rating, autor do levantamento. No topo do ranking, estão países emergentes como o Brasil. A Índia ostenta taxas de crescimento próximas de 7%, e a China, um pouco abaixo. Espanha e Portugal, dois países que também viram o PIB recuar fortemente logo depois de 2008, já conseguem crescer perto de 3% por trimestre. Os Estados Unidos, berço da crise, já mostram expansão em torno de 2%. Os nossos vizinhos também estão na frente. A expansão trimestral no Peru está perto de 2%. No Brasil, chegamos a ficar negativos em mais de 5%. Em dois anos de recessão, 2015 e 2016, acumulamos quase 8% de retrocesso na economia. (Marcello Corrêa e Cássia Almeida)





RANKING DO PIB



Fonte: Austin Rating

Editoria de Arte

Corpo a corpo - SILVIA MATOS

‘Preocupação é se o investimento vai voltar’

Economista do Ibre/FGV avalia que recessão acabou, mas avanço nos próximos trimestres deve ser menos intenso

MARCELLO CORRÊA

Economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/ FGV), Silvia Matos avalia que é seguro dizer que a recessão chegou ao fim. Mas destaca que o caminho para o crescimento tem obstáculos.

O que permite dizer que a recessão acabou?

Não é oficial. O Codace (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos) ainda não se pronunciou. Mas há uma previsão, uma estimativa, de que a recessão acabou. O segundo trimestre mostrou uma solidez maior. A agropecuária apenas ajudou a evitar um resultado negativo.

Temos fôlego para manter o crescimento do consumo nos próximos trimestres?

Para alguns trimestres, temos fôlego. Não no mesmo ritmo, que foi acentuado por conta do FGTS. Agora, (o crescimento será) mais de acordo com fundamentos macroeconômicos, inflação mais baixa, juros com efeitos sobre crédito, que é o lado bom.

O que pode ser um obstáculo?

Nossa preocupação é se o investimento não voltar no ritmo adequado. Por enquanto, tem ociosidade. É o ciclo natural. Em algum momento, terá de começar a reagir.

Como o programa de concessões pode afetar os investimentos?

É importante mais do ponto de vista fiscal e de eficiência econômica do que para gerar aumento de investimento no curto prazo. Para o investimento aumentar, é preciso adicionar valor, aumentar a compra de máquinas e equipamentos.

Incerteza política trava investimentos

Indicador encolheu 30% desde 2013. Capacidade ociosa elevada na economia dificulta retomada

RENNAN SETTI,
MARCELLO CORRÊA, CÁSSIA ALMEIDA
E
MARINA BRANDÃO

RIO E SÃO PAULO - A despeito do cenário de queda de juros, câmbio controlado e recuperação do consumo, o investimento segue retraindo e perdendo relevância no desempenho da economia. O IBGE informou ontem que a chamada formação bruta de capital fixo (FBCF) despencou 6,5% frente ao segundo trimestre de 2016, o 13º resultado negativo nesse tipo de comparação. Com o novo tombo, a taxa de investimento da economia caiu para 15,5% do PIB, a menor da série histórica do IBGE, cujo pico foi de 21,1% no segundo trimestre de 2013. Para especialistas, a incerteza política que marcou o segundo trimestre e a capacidade ociosa da economia foram as principais razões. Segundo o economista-chefe do Goldman Sachs para América Latina, Alberto Ramos, a retração acumulada pelo indicador é de 29,7% desde o pré-crise (terceiro trimestre de 2013), fazendo-o retroceder ao mesmo nível de oito anos atrás.

— Os investimentos foram a

grande vítima dessa crise política. No início do ano, se esperava que a recuperação viesse deles e não do consumo. Mas veio a crise política e o investimento é muito sensível à confiança. A partir do momento que os dados da economia começarem a vir melhor e a parte política acalmar, é possível que o investimento venha a reboque — observou Luis Otávio Leal, economista-chefe do banco ABC Brasil. Segundo Neil Shearing, economista-chefe para mercados emergentes da consultoria Capital Economics, o escândalo político que marcou o segundo trimestre, com as denúncias dos executivos da JBS contra o presidente Michel Temer em meados de maio, fizeram com que as empresas cortassem planos de gastos “até que o cenário político ficasse mais claro”, comentou em relatório.

O investimento caiu 0,7% em relação ao primeiro trimestre, quarta queda consecutiva, porém menos intensa que o recuo de 0,9% do primeiro trimestre. No acumulado em 12 meses, a queda é de 6,1% — a menos intensa desde o quarto trimestre de 2014, início da recessão. Um dos componentes dos investimentos, a construção cai há 13 trimestres na comparação com o ano anterior, tendo encolhido 7% apenas entre abril e junho. Thais Zara, economista-chefe da Rosenberg Associados, considera que seria surpreendente se o investimento tivesse reagido agora, diante da

capacidade ociosa após dois anos de recessão: — Construção civil continua sofrendo bastante, afetando o investimento. Primeiro vem a recuperação de outros setores. Seria surpresa se não fosse assim. A construção vai reagir mais demoradamente. Houve uma antecipação da demanda no governo Dilma. Há certa defasagem na reação, que vem depois do crédito e do emprego. Um dos fatores também é a política de juros. Para Artur Passos, economista do Itaú Unibanco, ainda que a Taxa Selic tenha caído de 12,25% para 10,25% no segundo trimestre, o afrouxamento monetário costuma ter efeito defasado:

— O investimento é muito associado a juros e balanço das empresas. Mas, a cada trimestre, os investimentos têm recuado a uma taxa menor. Pode estar caminhando para crescer. Acho que a política monetária vai ajudar nesse sentido. André Rebelo, economista e assessor da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), minimizou os efeitos da crise política, ressaltando que o importante é a continuidade do crescimento do consumo: — Não acho que pese, porque a coragem do empresário vem da demanda. Se não há demanda, não há investimento. Ele não vai começar agora, mas quando as vendas crescerem substancialmente.





ELEIÇÃO DEVE TER IMPACTO

Há incertezas ainda relacionadas à agenda de reformas, como a da Previdência, dizem analistas. — É preciso sinalizar seriamente que o Brasil caminha para o equilíbrio fiscal, com as reformas estruturais necessárias. E o país também precisa de microrreformas. A recessão ceifa o conhecimento e a produtividade adquiridos nos últimos anos. Estamos voltando para trás, enquanto o mundo caminha. E a expectativa, se o investimento não crescer, é de um ciclo curto de crescimento econômico — disse Eduardo Zaidan, do Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo (SindusCon-SP). Para ele, 2018, por ser ano de eleição, deve seguir tendo o investimento prejudicado.

Zaidan observa que o Congresso estará envolvido com sua própria eleição e, portanto, distante das necessidades da economia. Ele acredita que o setor da construção deve fechar o ano com 2,2 milhões de pessoas empregadas. Atualmente, tem 2,4 milhões. Em 2014, pico do emprego, tinha 3,6 milhões. Se essa previsão se confirmar, o nível de emprego no setor volta ao patamar de 2008. Para os especialistas, a lentidão nos investimentos atrasará a retomada do PIB e seu próprio potencial de crescimento. “O encolhimento do estoque de capital na economia compromete o crescimento da produtividade, reduz o PIB potencial e vai dificultar a recuperação da economia”, escreveu Ramos, do Goldman Sachs.

Análise - Ainda falta um ‘empurrão’

Indicadores macroeconômicos e consumo das famílias animam, mas a recessão só será enterrada quando o investimento voltar

FLÁVIA BARBOSA

Uma combinação de fatores positivos explica o desempenho da atividade econômica no segundo trimestre. A inflação baixa elevou o poder aquisitivo dos salários. Muitos desempregados encontraram espaço na informalidade. A queda dos juros tornou os empréstimos menos proibitivos. E o FGTS das contas inativas permitiu a quitação e a renegociação de dívidas, abrindo espaço para as compras. O efeito está expresso nos números do PIB. O consumo das famílias voltou a crescer após dois anos de agonia, interrompidos por expansão de 1,4%. Este foi o principal motor da economia, levando o semestre a terminar com estabilidade (0%). Olhar para o PIB acumulado ao longo do ano e ver a taxa no azul era uma experiência que o Brasil não tinha desde dezembro de 2014. Então, a recessão acabou? Tecnicamente, não há dúvida, após dois trimestres consecutivos com

taxas positivas.

Mas, para sair mesmo da recessão, a economia ainda precisa de um forte empurrão. E é neste campo que as notícias continuam negativas. A indústria e a construção civil continuaram recuando em todas as formas de comparação. O investimento (sem o qual não haverá emprego e crescimento pujante) teve a 13ª queda consecutiva e cai quase 30% desde 2013. Para o Brasil sair mesmo do sufoco, é preciso que o desemprego continue caindo e a inflação permaneça baixa, favorecendo o aumento do poder de compra das famílias. A política também precisa ajudar: quanto mais limpo for o horizonte em Brasília, mais os empresários voltarão a ter confiança para investir. Juros mais baixos e reforma da Previdência, com seu impacto sobre o futuro fiscal do país, completarão a cesta de boas notícias capaz de consolidar nossa saída do ciclo recessivo. Vimos brilhar a luz da retomada econômica. Mas ainda falta atravessar o túnel.

Flávia Barbosa é editora de Economia do GLOBO

Setor industrial ainda sofre com retração

No 1º trimestre, queda foi de 0,5%, mas analistas veem estabilização

RIO E SÃO PAULO - Enquanto a média da economia brasileira apresentou tendência ascendente no resultado do Produto Interno Bruto (PIB), o setor industrial sofreu mais uma retração, completando 13 trimestres consecutivos de números negativos. Frente ao primeiro trimestre, a taxa recuou 0,5%. Na comparação com o mesmo período de 2016, a queda foi de 2,1%, puxada, principalmente, pela indústria de construção civil. Apesar dos números, especialistas avaliam que o cenário industrial ainda tem muitos desafios pela frente, mas já apresenta sinais de estabilização. — A indústria cai sistematicamente desde o segundo trimestre de 2014, com uma pequena alta no último trimestre daquele ano e outra no primeiro trimestre deste. Essa queda não é algo que anime, mas caracteriza quase uma estabilização, o que é alguma coisa — diz Rafael Cagnin, economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), ressaltando ver no recuo de 1,6% da indústria no primeiro semestre algo favorável, dada a retração dos últimos dois anos:

— Este ano, esperamos um crescimento próximo de zero para o setor. O que não dá para chamar de recuperação. Essa estabilização já é percebida pelo empresário André Telles, presidente da Ecosan, que produz equipamentos para saneamento público e industrial. A exemplo do que ocorreu em toda a indústria, o primeiro semestre foi muito ruim para os seus negócios, que sofrem desde 2014 com a retração da economia. Mas ele se declara otimista. — O ano passado ainda foi muito complicado, tivemos 25% do faturamento normal. No primeiro semestre foi ainda pior, com 15% — diz, contando que já há uma reação na área industrial. Telles conta, ainda, que há uma demanda reprimida quase incalculável e, por isso, espera manter o ritmo atual até o fim do ano. Ele aposta em um incremento de investimentos em concessões ou parcerias público-privadas: — O ano de 2018 vai ser melhor, não pode ser pior.

CONSTRUÇÃO PUXA RECUE

Apesar da estabilização, o setor ainda sofreu fortes quedas, principalmente na construção civil, cujo desempenho foi o pior. A retração frente ao trimestre imediatamente anterior foi de 2%; e em relação ao mesmo período de

2016, de 7%. Para Eduardo Zaidan, vice-presidente de Economia do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP), esses números dão uma dimensão do quadro dramático vivido pela indústria: — Embora o país já tenha saído do ciclo recessivo, via consumo, os dois motores de crescimento, indústria de transformação e construção civil, ainda patinam — avalia. O setor de produção e distribuição de eletricidade, gás e água teve retração de 1,3%, devido ao uso da bandeira tarifária vermelha.

Já a indústria de transformação manteve-se praticamente estável, com alta de 0,1% em relação ao trimestre anterior — mas, frente ao mesmo período de 2016, apresenta queda de 1%. — A indústria está melhorando graças ao consumo, mas há ainda muita desestocagem, e o patamar do setor permanece baixo. Há muito espaço para crescer, mesmo sem uma retomada do investimento — disse Solange Srour, economista da ARX Investimentos. O único setor que puxou a produção para cima foi o extrativo-mineral, que cresceu 0,4% frente ao trimestre anterior e 5,9% ante o mesmo período de 2016. (Marina Brandão, Rennan Setti, Ronaldo D'Ercole, João Sorima Neto e Chico Prado)

Consumo do governo cai há quatro trimestres seguidos

IBGE cita crise fiscal dos estados. No acumulado do ano, indicador já recua 1,9%

O consumo do governo cai há quatro trimestres seguidos. De abril a junho, recuou 0,9% frente ao primeiro trimestre do ano. No acumulado de 2017, a queda foi de 1,9%, e, contra o mesmo período do ano passado, de 2,4%. Tão forte que, sem esse resultado negativo no indicador contas nacionais, o PIB brasileiro teria crescido 0,7%, em vez dos 0,3% que registrou frente ao mesmo período do ano passado. Segundo Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, a crise fiscal dos estados foi um dos motivos para esse consumo ter caído com força. Esse indicador mede os serviços oferecidos pelo governo, como matrículas em escolas e internações em hospitais. Houve recuo de 1,3% nos serviços de administração, saúde e educação públicas no trimestre.

O ajuste fiscal pode estar relacionado a essa queda na oferta de serviços, na opinião de Thaís Zara, economista-chefe da Rosenberg Associados. A recuperação do consumo não foi suficiente para empurrar a arrecadação de impostos sobre produtos. Ficou estagnada em 0,1%

frente ao segundo trimestre do ano passado. Mas, no acumulado dos quatro trimestres, o recuo chegou a 2,4%. — O crescimento da economia demorou a aparecer, e há uma defasagem quanto à reação da arrecadação. Além disso, as empresas tiveram prejuízo, o que gera créditos tributários, e acabam não pagando imposto por um tempo — explicou Alessandra Ribeiro, sócia economista da Tendências Consultoria.

ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

Os programas de refinanciamento de dívidas, Refis, também podem explicar esse desempenho da arrecadação tão inferior ao do PIB. — O Refis acaba funcionando como fator de desestímulo ao cumprimento das questões tributárias. Deixam de pagar, sabendo que, em dois anos, podem ter o perdão de juros e multas — afirmou Paulo Levy, do Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea). A queda nos impostos também pode ser explicada pela composição do crescimento. Os serviços puxaram o PIB no trimestre, e eles são menos tributados. A indústria, que paga mais imposto, recuou novamente. (Cássia Almeida)

Não ficção

JULIANNA SOFIA

BRASÍLIA - Que o Orçamento é obra ficcional, sempre se soube em Brasília. Mas a derrota parlamentar do governo Michel Temer, ao não aprovar uma nova meta de deficit fiscal a tempo de fechar a proposta orçamentária de 2018, transformou o texto enviado nesta semana ao Congresso num conto burlesco.

Na Presidência da República, o deputado Rodrigo Maia enzonou. Assinou o Orçamento "fake" só na última hora; recusou-se a canetar medidas provisórias e projetos de lei necessários para cumprir a futura meta e a peça orçamentária, que precisará ser remendada. São propostas impopulares de aumento de carga tributária e de porrete no funcionalismo. Deixou para Temer na volta da China.

O presidente sentirá um clima diferente na cidade no retorno. A Esplanada dos Ministérios já respira o ar seco e quente da segunda denúncia. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin alternam atos formais quase ensaiados, elevando a temperatura.

Na Câmara, o troca-troca de nomes começou na CCJ (comissão que analisará a denúncia), e o ritmo de liberação de emendas parlamentares deve ser acelerado, depois de reduzido drasticamente após a primeira acusação ser barrada. André Fufuca, 28, virou piada no comando da Casa: aprovou a nova taxa do BNDES, mas enterrou a reforma política.

Depois que Gisele Bündchen e Anitta chiaram contra a extinção da reserva de cobre na Amazônia, o Palácio do Planalto revogou um decreto, editou um segundo e agora suspendeu os efeitos deste último. Tudo já estava suspenso por ordem de um juiz federal. O PSOL chegou a recorrer ao STF, no entanto, o partido desistiu da ação quando o assunto caiu nas mãos de Gilmar Mendes.

Doutas as palavras de Guiomar Mendes (mulher de Gilmar): "Já vivi momentos de graves crises nessa Brasília! Mas esse, sem dúvida, é o mais ridículo por que já passei".

Patética não ficção.

Entrevista / Dilma Rousseff

'Prefiro Alckmin a Bolsonaro ou João Doria em 2018'

BERNARDO MELLO
FRANCO
DE COLUNISTA DA FOLHA

Um ano depois de ser afastada definitivamente da Presidência, Dilma Rousseff afirmou à Folha que o impeachment foi aprovado com base em argumentos "ridículos".

Ela continua a chamar o processo de "golpe", mas reconheceu que seu governo "perdeu a batalha do convencimento" quando buscava saídas para a crise econômica.

Ao analisar a disputa de 2018, Dilma, 69, disse que prefere ver o PT enfrentar o tucano Geraldo Alckmin a Jair Bolsonaro ou João Doria, a quem chama de "inconsistente".

Bem-humorada, a ex-presidente disse que quer assistir ao filme "Polícia Federal - A Lei é Para Todos", baseado na Lava Jato. "Acho que uma boa comédia é imperdível. Especialmente quando

não queria ser comédia", provocou.

Ela também ironizou a presença de André Fufuca (PP-MA) como presidente interino da Câmara: "O Fufuca é a piada pronta daquele local".

*

Folha - Seu afastamento definitivo fez um ano. Como a sra. vê o impeachment hoje?

Dilma Rousseff - Não mediram as consequências de tirar uma presidente eleita sabendo que não havia crime de responsabilidade. É ridícula essa pedalada, principalmente nos dias que correm. Estão indo para um deficit de R\$ 180 bilhões. Eles não fugirão de aumentar impostos.

Qual era a versão? Me tira, e a fadinha da expectativa trará o investimento estrangeiro de volta. A crise de confiança desaparecerá. Era uma discussão primária, com aquele pato amarelo na rua. Isso mostra a

pouca seriedade do processo.

O impeachment foi aprovado em meio a uma grave crise econômica que começou em seu governo e ainda não acabou. Onde a sra. errou?

Não conseguimos levar algumas discussões de forma clara. Exemplo: a [recriação da] CPMF. A gente perdeu a batalha do convencimento dos segmentos que formam a opinião no Brasil.

Seu governo apostou em programas que foram cortados sob acusação de elevar demais o gasto público, como o Fies. A sra. faz uma autocrítica disso?

De jeito nenhum. O Fies está baseado em crédito. O Ciência sem Fronteiras é um percentual ínfimo [do Orçamento]. Estamos falando de R\$ 3 bilhões, que é o que gastaram agora comprando voto na Câmara. Qual é a acusação? De que nós exageramos nos subsídios.





Isso a sra. já admitiu em parte.

O subsídio para o povo brasileiro foi bem correspondido. O que não foi bem correspondido foi a redução de impostos da indústria. Nós queríamos trocar a desoneração pela manutenção de empregos. O que se provou ali? Que para este setor, no Brasil, a primeira opção é aumentar a margem de lucro.

A Câmara livrou o presidente Temer da primeira denúncia por corrupção. Por quê?

Porque os 267 que o livraram são os mesmos que me condenaram. Acho que foi uma decisão ideológica [Dilma esfrega o polegar e o indicador em sinal de dinheiro]. Uma decisão ideológica comprada a peso de ouro. O processo é de compra e venda.

É necessário mais elementos do que gravar as pessoas para baixo e para cima com mala de dinheiro? Não, né?

Acredita que ele vai se salvar da segunda denúncia?

O Temer precisa se legitimar diante do mercado, entregando o que prometeu. Quanto mais ele busca isso, mais ilegítimo fica diante da

população. E quando chegamos perto da eleição, essa ilegitimidade produz mais efeito sobre os nobres deputados, que não são suicidas. Hoje o governo corre um risco imenso, que é o da irrelevância.

Nos últimos meses, a Lava Jato denunciou Temer e pediu a prisão do senador Aécio Neves. Ainda dá para repetir que o PT é perseguido?

Pela dimensão que o processo contra o PT assumiu, não há a menor dúvida de que estava centrado em nós. Só que a vida é dura. De uma certa forma, a realidade começa a se impor e aparece.

A utilização da Lava Jato contra a minha campanha de 2014 foi total. Venho sendo inocentada de algumas acusações que foram vazadas e nunca tiveram prova.

Durante um ano, o CEO da Andrade Gutierrez [Otávio Azevedo] disse que minha campanha tinha feito chantagem: ou ele contribuía com R\$ 1 milhão, ou não teria mais nenhum contrato. Ele não me acusava, mas acusava duas pessoas a mim ligadas: o Edinho [Silva] e o Giles [Azevedo].

Depois a gente descobre que o

cheque era nominal ao senhor vice-presidente Michel Temer. Pedimos a anulação dos benefícios para o delator. Anularam? Não.

Em maio, a publicitária Mônica Moura a acusou de usar um e-mail secreto para avisá-la de que seria presa. Isso ocorreu?

Estou esperando até hoje a prova do e-mail. Quero que me mostrem. O que eles apresentaram é um registro a posteriori, feito lá em Curitiba.

Os procuradores deviam investigar a imprensa. Foi amplamente noticiado pela imprensa que os dois [Mônica e o marido, o publicitário João Santana] podiam ser presos. Eu ia avisar o quê?

Ela disse que a sra. sugeriu criar um e-mail com o nome "Iolanda", inspirado na mulher do presidente Costa e Silva.

Eu acho aquilo ridículo. É o mais apagado dos presidentes. Nem sabia como é que chamava [a primeira-dama]. Aquilo não tinha a menor relevância para mim. Chegaram a investigar se eu tinha esse nome [na clandestinidade]. Até isso tentaram.

Diante da necessidade de





apresentar alguma coisa, eles foram muito imaginativos. A consequência disso é zero.

A sra. também foi citada na delação de Joesley Batista.

A última coisa que falaram foi que eu e o presidente Lula tínhamos uma conta no exterior. Essa conta era de US\$ 150 milhões. Depois mudou para US\$ 90 milhões. Depois apresentaram uma conta que pagou o casamento, um apartamento na Quinta Avenida e um iate [do dono da JBS]. É sempre assim.

O que espera da eleição presidencial de 2018?

O golpe não é uma peça com um só ato. O primeiro foi o impeachment, para me afastar da Presidência e evitar que as investigações chegassem até eles.

O segundo ato é afastar o ex-presidente Lula. Mas outro dia ele falou claramente: "Participarei da eleição preso ou solto, condenado ou absolvido, vivo ou morto". Ele participará da eleição.

Por isso algumas possibilidades estão sendo colocadas na mesa, como a farsa do parlamentarismo. Não afasto sequer a possibilidade de tentarem, de alguma forma, impedir a eleição em 2018.

Qual é o plano B caso Lula

seja impedido de concorrer? O PT lançará Fernando Haddad?

Isso ainda não foi discutido. Quem vai ser é uma obra aberta. Do nosso ponto de vista, essa discussão é um absurdo. Por que nós iríamos nos antecipar? Não somos nós os azougos da democracia.

Quem o PT vai enfrentar?

Um produto da deterioração do golpe foi a dissolução do PSDB como proposta de centro-direita do país. Agora emergem dois nomes. Um político de extrema-direita, que é o Bolsonaro, e um político que não tem nenhum compromisso com o país, o Doria.

E Geraldo Alckmin?

Eu preferia o Alckmin ao Doria e ao Bolsonaro. Acho que o país preferia um candidato do perfil do Alckmin.

Por quê?

Ao Bolsonaro, não tenho dúvida. Em relação ao Doria, que as pessoas façam seu raciocínio e pensem bem. Não vejo consistência na candidatura dele. O Alckmin, de uma forma ou outra, é PSDB. Acho que eles ainda têm um pequeno compromisso com o país.

E Marina, pode se viabilizar?

Não consigo ver. Não tenho visto a presença dela no cenário político, então fica difícil.

Vê ambiente para o surgimento de um salvador da pátria?

Total. Quando as demandas da população não encontram receptividade, o governo e a política passam a ser irrelevantes. Você cria ambiente para um salvador da pátria, no pior sentido.

Surgem soluções que incriminam segmentos da sociedade. Como a demonização dos mexicanos na eleição do Donald Trump nos EUA. O Brasil vive uma situação perigosa, de descrédito generalizado. Isso é muito ruim.

Pretende se candidatar a senadora ou deputada em 2018?

É engraçadíssimo acompanhar as narrativas do que acham que eu vou fazer. Não tenho posição ainda. Preciso ver como as coisas ficam. Da política, eu não saio.

A sra. se sentiria confortável em integrar o Congresso, que cassou o seu mandato?

Espero que haja uma renovação. O Ulysses Guimarães tinha aquela profecia: "Acha este Congresso ruim? Então espere o próximo". Espero que a profecia não se realize.

Orçamento pode ter novo bloqueio, após pressões de políticos

BRUNO BOGHOSSIAN
MARINA DIAS
DE BRASÍLIA

A equipe econômica de Michel Temer já admite que terá de fazer mais um bloqueio expressivo no Orçamento até o fim deste ano para cumprir a nova meta fiscal proposta pelo governo, que amplia o rombo para R\$ 159 bilhões.

Na avaliação de auxiliares do presidente, o aumento do déficit de 2017 em R\$ 20 bilhões não será suficiente para fechar as contas, devido a frustrações de arrecadação e a dificuldades com receitas extraordinárias, como o Refis (programa de refinanciamento de dívidas tributárias) e a venda de usinas da Cemig.

O ministro Henrique Meirelles (Fazenda) contava com R\$ 24 bilhões dessas duas fontes: R\$ 13 bilhões do programa de refinanciamento e R\$ 11 bilhões da concessão das hidrelétricas.

As resistências políticas enfrentadas pelo governo para levar adiante essas medidas já fizeram a equipe econômica rever as

projeções.

No Refis, Meirelles alterou a proposta original e reduziu a previsão de arrecadação para cerca de R\$ 8 bilhões.

A Fazenda também enfrenta um impasse em torno da tentativa de venda de quatro usinas da Cemig e busca um acordo que permita à estatal assegurar a concessão das hidrelétricas. A operação atenderia a uma demanda de políticos mineiros, mas tornaria incerta a receita gerada.

Com a previsão de menos dinheiro em caixa, parte da equipe econômica calcula que o governo corre o risco de estourar o déficit de R\$ 159 bilhões caso não haja um novo congelamento de despesas até o fim deste ano.

A intenção da equipe econômica é fazer os cortes apenas no fim do ano, quando os cálculos do fechamento das contas estarão mais claros.

APETITE DE POLÍTICOS

Ao decidir elevar a meta, no início de agosto, o governo esperava

liberar parte do Orçamento para destravar a máquina pública, retomar obras e saciar o apetite de políticos aliados por recursos.

A expectativa de aprovação da nova meta fiscal pelo Congresso levou o Ministério do Planejamento a trabalhar com um cenário que permitiria o descontingenciamento de até R\$ 20 bilhões.

O secretário-executivo da pasta, Esteves Colnago, chegou a afirmar durante a semana que poderiam ser liberados R\$ 10 bilhões para custeio de ministérios e serviços públicos e mais R\$ 10 bilhões para investimentos.

Ele admitiu, porém, que a perda de receitas levaria o governo a rever esses planos.

A Fazenda também trabalha com esse quadro.

O governo acredita que os futuros leilões de petróleo e energia podem render mais dinheiro do que o esperado. O recurso, porém, não deve ser suficiente para evitar novo bloqueio do Orçamento.

Recursos novos para o mercado imobiliário

O Conselho Monetário Nacional (CMN) regulou, afinal, a Letra Imobiliária Garantida (LIG), que amplia a possibilidade de os bancos captarem recursos para o financiamento habitacional. Fica afastado, em tese, o risco da falta de oferta de crédito para a habitação, motivada por oscilações na captação de depósitos de poupança, que nos últimos anos renderam menos do que a média dos fundos de renda fixa. A partir de agora, portanto, bancos múltiplos, comerciais e de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, caixas econômicas, companhias hipotecárias e associações de poupança e empréstimo poderão emitir os novos papéis. A expectativa é de que a Caixa Econômica Federal (CEF), como maior agente do crédito imobiliário, seja uma das primeiras instituições a emitir LIGs.

Conhecidas no exterior como covered bonds (CBs), as LIGs só podem ser emitidas com base em garantias reais e regras de liquidez diferentes das aplicadas aos demais papéis dos bancos, tais como CDBs ou RDBs. O prazo mínimo de emissão é de 24 meses e a recompra é proibida antes de 12 meses da venda do papel. Como afirmou sobre a LIG o diretor de Regulação do Banco

Central (BC), Otávio Damaso, “em alguns anos, a nossa expectativa é de que ela cumpra papel relevante no total de recursos que financiam o mercado imobiliário”. Os CBs são um dos mais tradicionais títulos emitidos no mercado europeu – as primeiras emissões desses papéis ocorreram há dois séculos. Os países que mais se destacam no mercado europeu de CBs são a Dinamarca, a França, a Alemanha e a Espanha, com peso superior a 50% do total das emissões.

O saldo em aberto desses títulos era, em 2016, de \approx 2,5 trilhões – cerca de R\$ 9,5 trilhões, quase uma vez e meia o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. No exterior, as garantias desses títulos são vistas como tão elevadas que o rendimento dos CBs é similar ao dos papéis de mesmo prazo emitidos pelos governos. Se essa situação se reproduzir no País, será possível a captação de recursos novos para o segmento imobiliário a custos módicos. Se os custos de emissão das LIGs forem realmente razoáveis, haverá espaço tanto para atrair investidores institucionais do País e do exterior como para assegurar a oferta de crédito a juros que possam ser suportados pelos tomadores.

Puxado pelo consumo, PIB cresce 0,2% e projeções para o ano já chegam a 1%

Segundo resultado positivo surpreendeu boa parte do mercado e fez instituições revisarem para cima suas projeções de crescimento da economia para o ano; investimentos, porém, voltaram a registrar queda, o que traz preocupação em relação ao desempenho futuro

Com um forte impulso do consumo das famílias, o Produto Interno Bruto (PIB, valor de todos os bens e serviços produzidos na economia) brasileiro cresceu 0,2% no segundo trimestre, acima das expectativas de boa parte do mercado. Foi a segunda alta seguida, após o crescimento de 1% registrado de janeiro a março, o que sinaliza de maneira mais clara que a recessão está ficando para trás. Com o resultado, analistas e instituições financeiras passaram a rever suas projeções para o ano, e já há apostas de um crescimento até superior a 1% este ano.

O aumento de 1,4% no consumo, principal vetor do crescimento da economia no trimestre passado, teve influência direta da desaceleração da inflação, que aumenta o poder de compra, da queda dos juros e da liberação das

contas inativas do FGTS. No lado da produção, os serviços também tiveram crescimento expressivo, de 0,6%. A queda nos investimentos, porém, ainda traz preocupação. “É um sinal de que a recuperação cíclica está pegando, não é um voo de galinha”, disse Alexandre Schwartsman, ex-diretor do Banco Central. “O dado mais importante está nas entranhas do PIB: o consumo das famílias, que teve melhora bastante expressiva, andando em linha com os números do varejo. Esse dado indica mais uma recuperação do emprego, ligada ao setor de serviços.”

A melhora nas expectativas para o desempenho da economia é retratada em uma pesquisa feita ontem pelo Projeções Broadcast com 32 instituições. A maior parte já elevou suas previsões, e a projeção de alta no PIB ficou em 0,6%, acima dos 0,39% apontados pelo último Boletim Focus, pesquisa semanal feita pelo BC com analistas de mercado. A projeção mais otimista é de aumento de 1,1% no ano. Sérgio Vale, da MB Associados, diz acreditar que o País decididamente saiu da recessão e que passou no teste do segundo trimestre – por

conta da crise política de maio, após as delações da JBS. Mas pondera que os investimentos ainda precisam avançar para que a recuperação possa decolar.

“O dado mais preocupante ainda é o de investimentos, mas eles tendem a melhorar no segundo semestre, com uma expectativa de melhora no emprego”, diz. De fato, os investimentos registraram baixa de 0,7%, a 13.ª queda trimestral consecutiva, puxando junto o PIB da indústria, o que fez alguns economistas pedirem cautela no otimismo. Para a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, ainda é cedo para falar em recuperação. O Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace) da FGV, órgão independente que se dedica a determinar o início e o fim das recessões, marcou o início do atual ciclo recessivo no segundo trimestre de 2014, mas ainda fará uma reunião para determinar se chegou ao fim. / VINICIUS NEDER, DANIELA AMORIM, MARIANA DURÃO, THAÍS BARCELLOS, MARIA REGINA SILVA E DOUGLAS GAVRAS

Consumo das famílias cresce após 9 trimestres

Liberação das contas inativas do FGTS, queda da inflação e dos juros levaram o consumo a registrar uma alta de 1,4% no segundo trimestre

Daniela Amorim
Mariana Durão

Desempregada, a moradora da zona sul do Rio Julia Viana enxergou na liberação dos recursos de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) uma oportunidade de colocar as pendências em dia. Comprou um sofá-cama, fez a manutenção do carro e investiu num curso de marketing digital que a ajudaria no retorno ao mercado de trabalho. “Eu estava esperando me acertar num novo emprego para fazer essas coisas que vinha adiando, mas veio o dinheiro e resolvi logo. O carro eu precisava arrumar mesmo, mas eu não compraria o sofá. O curso eu acabei pegando um mais caro, mas pude pagar à vista. Não me ajudou a arrumar o novo emprego, mas o conhecimento que adquiri já faz diferença no atual trabalho. Eu tinha conta de FGTS até de uma loja que trabalhei antes de entrar na faculdade, dinheiro que eu nem lembrava que existia”, contou ela, empregada na nova função há pouco mais de duas semanas.

Julia e milhões de brasileiros

voltaram às compras no segundo trimestre do ano, tirando o consumo das famílias do vermelho. A alta de 1,4% em relação ao primeiro trimestre de 2017 interrompe uma sequência de nove trimestres sem avanços. Na comparação com o segundo trimestre de 2016, o avanço foi de 0,7%, a primeira alta também em nove trimestres. “O crescimento (do PIB) foi puxado por serviços e consumo das famílias”, afirmou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rebeca lembrou que o desempenho do consumo foi impulsionado por uma conjunção de fatores positivos, como arrefecimento da inflação, melhora no crédito, aumento da massa salarial e liberação de saques do FGTS inativo.

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o resultado foi positivo, mas não surpreendente. Preocupação. “Mas, quando a gente olha para a frente, dá uma preocupação. Está havendo claramente um descasamento de consumo e investimentos. Qualquer repique cambial – o que pode acontecer com a aproximação das eleições, especialmente por conta de pesquisas de intenção de votos – pode trazer de volta as preocupações

inflacionárias. Se isso acontecer, o comércio volta a sentir de novo”, alertou Fabio Bentes, chefe do Departamento Econômico da CNC. Após o resultado divulgado ontem, a CNC elevou sua estimativa para o crescimento da economia brasileira em 2017 de 0,6% para 0,8%.

Mesmo que a economia não cresça na segunda metade do ano, apenas os avanços do primeiro semestre já seriam suficientes para garantir uma alta de 0,5% em 2017, calculou Bentes. Para o gerente de novos negócios do instituto Data Popular, Eduardo Laurenciano, apesar da melhora em fatores como inflação e juros, o consumidor continuará se pautando pela lógica da compra inteligente, sem excessos. Isso porque, mesmo com mais renda circulando, ainda há receio, por exemplo, em relação à situação do mercado de trabalho. “A influência das expectativas é muito forte. Embora o consumo tenha melhorado, ainda não vai decolar. Ninguém vai sair comprando loucamente”, disse Laurenciano. “O resultado do PIB tem uma leitura relativamente boa. Tem efeito que é temporário do FGTS, mas é muito mais que isso. Há fundamentos”, disse o economista-chefe da Icatu Vanguarda, Rodrigo Melo.

Investimento tem o pior nível desde 1996

Taxa ficou em 15,5% do PIB no segundo trimestre; entre as causas estão o recuo da construção civil e das importações de bens de capital

Vinicius Neder
Daniela Amorim/RIO

A queda nos investimentos, marcada pelos cortes nos orçamentos dos governos federal, dos Estados e municípios para as obras públicas, puxou o Produto Interno Bruto (PIB) da indústria para baixo, acendendo um sinal de alerta no início da recuperação da economia brasileira. Mesmo com a recessão ficando para trás, a taxa de investimentos foi de 15,5% do PIB, pior nível para segundos trimestres da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 1996. Os dados divulgados ontem pelo IBGE mostram que a queda da formação bruta de capital fixo (FBCF, conta dos investimentos no PIB) no segundo trimestre em relação ao primeiro foi causada pelo tombo na construção civil e nas importações de bens de capital, embora a produção nacional desses itens tenha se recuperado. A queda foi de 0,7% em relação ao primeiro trimestre e de 6,5% em relação ao segundo trimestre de 2016.

“O investimento é fundamental, porque aumenta a capacidade da

economia e introduz progresso técnico. Sem ele, não haverá aumento sistemático da produtividade”, afirmou José Luís Oreiro, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB). Para ele, a economia brasileira está saindo da recessão para ficar estagnada, com crescimento “anêmico” nos próximos anos. Isso porque o impulso aos investimentos teria de vir da infraestrutura. “Mas o governo está cortando os investimentos públicos, e as privatizações e concessões demoram a sair”, disse Oreiro. Por outro lado, cálculos do Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (Ipea) com base nos dados divulgados ontem pelo IBGE apontam que houve melhora nos investimentos ao longo dos meses do segundo trimestre.

Os dados de máquinas e equipamentos foram registrando crescimentos cada vez maiores: 1,2% em abril; 3,3% em maio; 4,1% em junho, sempre na comparação com o mês anterior. Já a construção civil voltou ao território positivo: após cair em abril (-0,5%) e maio (-1,0%), subiu 1,9% em junho. Segundo José Ronaldo de Castro Souza Júnior, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, o instituto manteve a previsão de queda de 1,9% nos investimentos em 2017, seguida por um avanço de 3,3% em

2018. “É difícil imaginar uma recuperação do investimento público, mesmo no médio prazo. Então, tem de passar essa bola para a iniciativa privada. É fundamental resolver a questão regulatória e fazer deslançarem logo alguns dos projetos de privatizações”, afirmou o pesquisador.

Encolhimento. Com menos contratação de obras públicas, a indústria da construção teve recuo de 7% no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano passado, a principal contribuição negativa para o PIB industrial, que encolheu 2,1% no período. Na visão do chefe de economia e estratégia no Brasil do Bank of America Merrill Lynch, David Beker, o desempenho da indústria está relacionado ao excesso de capacidade ociosa nas fábricas. “As recuperações anteriores do Brasil foram mais rápidas, mas está ficando claro que o processo vai ser mais lento, o que faz com que a recuperação mais forte da indústria demore mais um pouco para vir”, disse. Nas contas de Oreiro, por causa da recuperação lenta, o pico da atividade econômica, atingido na virada de 2013 para 2014, será recuperado só em 2023. “Se tivéssemos uma retomada do consumo das famílias com a produção da indústria, seria mais consistente.” / COLABOROU ALTAMIRO SILVA JUNIOR

Bolsa fecha no maior patamar desde 2010

O resultado positivo do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre fez a Bolsa de Valores fechar no maior patamar em mais de seis anos. O Ibovespa, principal índice da B3 (novo nome da Bovespa), fechou aos 71.923 pontos. A última vez em que o indicador havia ficado acima desse nível foi em 5 de novembro de 2010, quando marcou 72.606 pontos no fechamento do pregão. Um outro indicador que apontou o otimismo do mercado com o resultado do PIB foi o risco Brasil. O CDS (Credit Default Swap, uma espécie de seguro contra calotes) brasileiro de cinco anos recuou 1,12% ontem e fechou aos 193 pontos-base, o menor nível registrado desde que Michel Temer assumiu a presidência. O dólar, por sua vez, terminou o dia em baixa de 0,13%, cotado a R\$ 3,1451.

Os dados positivos do mercado financeiro são uma reação direta aos números do PIB, que vieram acima das expectativas do mercado. “A grande mensagem do PIB é que chegou a primavera depois de um longo inverno. A recessão acabou e o futuro é promissor. A recuperação está se generalizando na economia, como mostram os dados de varejo, confiança, de mercado de trabalho, por exemplo”, disse o economista-chefe para América Latina do BNP Paribas, Marcelo Carvalho. Para Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, o resultado do PIB do segundo trimestre reforça a perspectiva de que a reação da economia deverá ganhar tração nos próximos meses. “Estamos vendo os reflexos do reequilíbrio macroeconômico.” / AGÊNCIA ESTADO

Análise - PIB é positivo mesmo sem contribuição da agropecuária

Silvia Matos e Julio Mereb

O crescimento de 0,2% na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2017, resultado superior às expectativas do Ibre e do mercado, consolida a percepção de que a gradual retomada da economia brasileira está definitivamente em curso. A diferença entre o resultado divulgado e as nossas projeções foi principalmente explicada pelo desempenho da agropecuária acima do esperado. Como já havíamos antecipado no Boletim Macro de Agosto de 2017, o PIB, sem o setor agrícola, seria positivo na margem.

De fato, excluindo essa atividade, o PIB cresceu 0,2% no trimestre, em virtude do melhor comportamento dos serviços. Dentro desse setor, além do comércio, cuja recuperação já era esperada em razão dos indicadores positivos do varejo, o grupo dos outros serviços, que reúne atividades tipicamente intensivas em mão de obra, também apresentou um desempenho muito superior ao esperado, e na contramão ao que a Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS), também publicada pelo IBGE, indicara. Pelo lado da demanda, e de modo condizente com o referido resultado do comércio, o consumo deve liderar o processo de retomada da economia. Além do impulso pontual proporcionado pelos recursos do FGTS, que em

algum momento irá se exaurir, a melhora das perspectivas de crédito para pessoas físicas, a redução do endividamento das famílias e o aumento do poder de compra decorrente da baixíssima inflação de alimentos também vêm sustentando a retomada do consumo. Os sinais ainda preocupantes, no entanto, vêm das despesas com investimento, que contraíram 0,7% do primeiro para o segundo trimestre.

Para o terceiro trimestre, os indicadores de atividade econômica sugerem continuidade da recuperação gradual da economia brasileira. Nossa projeção, em particular, conta com um crescimento modesto, de 0,1%. Porém, excluindo agro, o crescimento projetado é ainda mais expressivo, de 0,9%. O investimento, no entanto, deve retrair-se mais uma vez no próximo trimestre. Com esse cenário delineado, nossa expectativa é que a economia brasileira cresça 0,7% em 2017 e 2,2% em 2018, contando com perspectivas favoráveis para a taxa básica de juros, cujo declínio deve impulsionar a atividade econômica principalmente no ano que vem, e do câmbio, que deve apresentar uma evolução benigna ao longo deste e do próximo ano. Mas, de qualquer forma, há ainda muitos desafios pela frente.]
PESQUISADORES DO IBRE/
FGV

‘Brasil está crescendo, está se recuperando’, diz Temer na Chi

Segundo o presidente, PIB revela melhora na economia; para Meirelles, País superou pior recessão da história

Cláudia Trevisan

ENVIADA ESPECIAL /
PEQUIM

Eduardo Rodrigues

Sandra Manfrini / BRASÍLIA

O crescimento de 0,2% do PIB no último trimestre foi celebrado ontem pelo presidente Michel Temer como um sinal de que o Brasil retomou o crescimento e está se recuperando. O resultado reforçou a narrativa positiva sobre o país que ele apresentou em sua primeira visita de Estado à China, na qual se empenhou em atrair novos investimentos para projetos de infraestrutura. “Os comentários vários nessas reuniões que tivemos foram exatamente a respeito da recuperação que o Brasil está tendo”, afirmou o presidente, fazendo referência aos encontros que teve ontem com o presidente da China, Xi Jinping, e o primeiro-ministro, Li Keqiang. Temer chegou ao hotel por volta das 19h30 (8h30 de Brasília), logo depois da divulgação do resultado do PIB e só falou sobre o assunto diante de insistência dos jornalistas.

“Vocês viram que o PIB teve uma boa solução e revelou aquilo que nós estamos revelando ao longo do tempo, que o Brasil está crescendo, está se recuperando. Vocês viram (a criação de) 720 mil empregos nos últimos 90 dias, também revelação de que o Brasil está melhorando”, disse o presidente em uma entrevista de três minutos. Retomada. Para o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, os dados do IBGE confirmam que o País superou a “pior recessão da história”. “Registramos entre abril e junho o segundo trimestre consecutivo de crescimento, depois de dois anos de retração, inflação recorde e desemprego crescente”, afirmou o ministro, por meio de nota.

O ministro prometeu que a retomada da atividade econômica irá se fortalecer nos próximos meses. “Entraremos em 2018 num ritmo forte e constante. Continuaremos a trabalhar para garantir que essa expansão seja longa e duradoura, gerando emprego e renda para os brasileiros”, concluiu. Em vídeo postado no Twitter, Meirelles ressaltou que o crescimento do segundo trimestre não teve a contribuição da agricultura, setor responsável pela expansão nos

primeiros três meses do ano. Mas afirma que esse é um movimento normal, porque aquele trimestre era época da colheita da maioria dos produtos e grãos. “O importante é que o crescimento hoje está disseminado por todos os setores que estão crescendo a uma taxa cada vez maior”, disse o ministro.

Consumo das famílias. Ele também minimizou a queda no setor da construção civil, em decorrência, segundo ele, do grande número de imóveis encalhados por causa da recessão. Henrique Meirelles destacou, por outro lado, o crescimento de investimentos em máquinas e equipamentos e o grande aumento do consumo das famílias. Segundo o ministro, o consumo subiu como resultado da inflação baixa, da queda dos juros básicos e da liberação do FGTS. Meirelles afirmou que fica claro hoje que “aquilo que muitos tinham dúvidas, se a economia brasileira estava de fato voltando a crescer ou não, está voltando a crescer”. “Recessão muito dura a que passamos, não tem dúvida, pagamos ainda os efeitos dessa recessão. Mas estamos saindo dela. O caminho está certo e isso que é mais importante”, disse.

‘Acabou a recessão, mas solte bombinha, não um foguete’

Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central e membro do Codace (FGV)

Segundo economista, só o consumo tem avançado e perspectivas não são de crescimento acelerado

Anna Carolina Papp

O avanço de 0,2% no PIB no segundo trimestre marca que o Brasil saiu, depois de dois anos e meio, da chamada recessão econômica. No entanto, segundo o **ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore**, “não é para sair comemorando como se o País tivesse conquistado a Copa do Mundo”. Para o economista, membro do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), da FGV – que estabeleceu oficialmente o início da crise econômica no segundo trimestre de 2014 –, a alta do consumo das famílias sinaliza uma retomada consistente, mas as incertezas políticas e o agravamento das contas públicas travam o avanço dos investimentos, ainda em queda. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O PIB positivo do 2º trimestre crava o fim da recessão?

São dois semestres consecutivos de crescimento, que é o critério

adotado. Isso, do meu ponto de vista, marca o fim daquela recessão que se iniciou em 2014. Não estamos mais em recessão. Além disso, existem sinais de que esse crescimento, apesar de pequeno, é consistente.

Por quê?

Do ponto de vista da demanda agregada, houve um crescimento importante do consumo das famílias, além de alta no setor de serviços. A queda de taxa de juros em termos reais estimula o consumo. A segunda razão é a melhora na situação do emprego: há uma redução da taxa de desemprego e um aumento da população ocupada, embora esse aumento não venha do mercado formal. O que está subindo é a população ocupada sem carteira, indicando que o mercado ficou mais precário – o que significa que isso ajuda o consumo, mas ajuda menos do que se não houvesse a precarização do mercado. Além disso, há o início de aumento de novas concessões de crédito às famílias, o que também impulsiona o consumo. Portanto, esse crescimento não é episódico.

Já os investimentos permanecem em queda...

A formação bruta de capital fixo, que é fundamental para o

crescimento econômico sustentável, ainda caiu no segundo trimestre. As informações vindas de todos os outros indicadores da economia mostram que, quando os investimentos se recuperarem, vão se recuperar muito devagar – mesmo com a queda da taxa de juros. Isso porque a economia tem muitas incertezas ainda, como as de natureza política sobre a aprovação de reforma da Previdência e de outras reformas que são fundamentais para o crescimento econômico. Diante disso, seria uma ilusão pensar que o investimento em capital fixo voltaria mais forte. É possível que haja uma pequena recuperação na segunda metade desse ano, mas os indicadores disponíveis até agora não são otimistas.

Qual o impacto de ter uma recuperação calcada no consumo e não no investimento?

De fato há uma recuperação, acabou a recessão – só que as perspectivas não são de um crescimento acelerado. Do lado da demanda, só o consumo está avançando. Isso significa que, em vez de soltar foguete porque acabou a recessão, é bom soltar uma bombinha. Não é para sair comemorando como se o Brasil tivesse conquistado a Copa do Mundo.





A indústria ficou no vermelho mais uma vez. Quando o setor vai voltar a crescer?

O resultado da indústria não foi bom. Isso também não é novidade, porque os dados da produção industrial bruta do IBGE já vinham mostrando um crescimento muito pequeno e muito concentrado na produção de veículos – que em grande parte vem do aumento das exportações para a Argentina – e na produção extrativa mineral. Os outros segmentos ainda estão andando de lado. Porém, eu diria que, com o juro real mais baixo, devemos ver essa produção industrial lentamente começar a reagir – mas é uma reação lenta. No próximo trimestre podemos até ter um crescimento, mas não é um crescimento forte, não.

Após a divulgação, muitas instituições revisaram as projeções de PIB para 2017. Na sua avaliação, o dado foi suficiente para essa mudança de patamar?

Tínhamos até ontem de manhã uma projeção de crescimento de 0,5% pra este ano. Com o resultado do segundo trimestre, só o carry over (espécie de herança estatística) para o resto do ano já dá 0,5%. Ou

seja: se crescer qualquer coisa no terceiro e no quarto, a alta já será maior que 0,5%. Portanto, concordo com a ideia de que a ideia de que a projeção do crescimento de 2017 melhorou depois desse dado.

Parte do mercado já fala em alta de até 1%. Porém, ainda há incertezas políticas e agrava-se a situação fiscal. Como esse imbróglio afetará o resultado?

O problema não é a avaliação da economia; é o que pode acontecer no campo político. O Brasil tem um problema fiscal muito grave. Para começar a colocar toda a casa em ordem, é preciso trocar o crescimento de uma despesa que é muito grande nos gastos primários do governo: os benefícios da Previdência. Precisamos de uma reforma da Previdência, sendo que o ponto-chave é a fixação da idade mínima. Porém, tenho a impressão de que aprovar hoje no Congresso uma idade mínima ou uma reforma que dê segurança de que estamos prosseguindo no ajuste fiscal é muito difícil. A probabilidade é muito pequena, próxima de zero. Se a reforma não for aprovada, essas dúvidas terão de ser respondidas no próximo governo. Agora, coloque-se na situação de empresários que estão decidindo se vão fazer

investimentos, para os quais precisam de um cenário econômico à frente com poucos riscos. Quando eles se deparam com esse tipo de dúvida e veem baixa probabilidade de as reformas passarem, isso interfere na decisão de investir em capital fixo.

Para além da dívida de longo prazo, o governo tem encontrado dificuldade para fechar as contas deste ano e do próximo. O sr. acredita que as novas metas fiscais serão cumpridas?

O problema de longo prazo do País só se resolve com a reforma da Previdência. O segundo problema é a meta do déficit. O governo precisa de receita – e não tem. Segurou a despesa, perdeu arrecadação por causa da recessão e continua lutando no curto prazo com tentativa de obtenção de receita. Não será fácil cumprir a meta de rombo de 159 bilhões, nem neste ano e nem no próximo, já que a recuperação da atividade econômica será pequena. Talvez em 2018 seja até mais difícil. O governo anunciou um monte de medidas que precisa aprovar para cumprir a meta, dentre as quais o congelamento dos funcionários públicos – o que é um atestado da dificuldade que vem pela frente.

No ranking dos PIBs, Brasil agora é o vice-lanterna

Brasil ficou à frente da Noruega, que enfrentou a crise da Europa; países como Venezuela não divulgam seus dados

Francisco Carlos de Assis
Mariana Durão / RIO

Depois de registrar o segundo trimestre de crescimento consecutivo, o Brasil saiu da lanterna do ranking global de atividade econômica. Mesmo com o avanço de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) de abril a junho frente ao mesmo período do ano passado, o País ainda amargou o penúltimo lugar em uma lista de 42 países, elaborada pela agência classificadora de risco Austin Rating. O desempenho da economia brasileira só ficou à frente da Noruega, que cresceu 0,20% na mesma base de comparação. Vizinhos como Chile e Colômbia vieram na 40.^a e 39.^a posições, mas com desempenhos bem melhores: crescimento de 0,9% e 1,3%,

respectivamente. O ranking é liderado pela China, seguida por Filipinas e Malásia. A média geral de crescimento do PIB nos 42 países que compõem o ranking foi de 3% no segundo trimestre. O economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, responsável pelo ranking, diz que o Brasil só não ficou na lanterna – que vinha frequentando desde o primeiro trimestre de 2016 – porque a Noruega perdeu pontos de crescimento da primeira para a segunda leitura do PIB no ano. A derrapada da Noruega é considerada normal.

“Os países europeus passaram por uma forte crise, se recuperaram bem e agora estão se ajustando”, explicou Agostini. Ele afirma que, se a tabela dos países segundo a evolução de suas economias pudesse ser comparada à tabela do Campeonato Brasileiro, o Brasil estaria muito próximo do rebaixamento. Apesar do

comentário, ele alerta que algumas economias em situação pior que a do Brasil não têm publicado seus dados, como é o caso da Venezuela. Para Agostini, a economia brasileira vai mostrar resultados melhores a partir do terceiro trimestre movida sobretudo pela diminuição da pressão política sobre a gestão do presidente Michel Temer. “O PIB deverá ter um resultado melhor no terceiro trimestre e fechar o ano acima de 0,50%”, afirmou. Na média dos países que compõem o Brics, sigla que se refere aos países emergentes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, houve expansão de 3,6% do PIB no segundo trimestre ante o mesmo período em 2016. Na área do Euro, a média de crescimento foi de 2,2% e no Piigs – acrônimo pejorativo criado para designar Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, que entraram em derrocada econômica em 2010 – o crescimento foi de 2,3% no segundo trimestre.

Análise - O pulo do gato morto?

Mônica de Bolle

Dizem que até um gato morto pula quando é arremessado de grande altura. O PIB brasileiro, e, mais especificamente, o consumo das famílias brasileiras, foram arremessados de grande altura nos últimos dois anos. Quando isso ocorre, é natural que os próprios mecanismos de auto-estabilização da economia promovam surto de melhora. O PIB do segundo trimestre de 2017 cresceu 0,2% na comparação com o primeiro trimestre do ano. O resultado veio em decorrência da alta do consumo, a primeira depois de 9 trimestres consecutivos de retração. O governo quer enfeitar a notícia dizendo que o ocorrido proveio das reformas. Mas, que reformas?

Os rombos fiscais foram aumentados, a dívida brasileira não para de subir, a reforma da Previdência está empacada no Congresso. Não, não foram as reformas. A quase insustentável leveza do crescimento do segundo trimestre decorreu da acelerada queda inflacionária desde o início do ano, o que ajudou a recompor os salários daqueles que estão empregados. A queda inflacionária, por sua vez, é em parte mecanismo auto-corretivo e endógeno – isto é, resultou da própria recessão – e em

parte derivada da atuação do Banco Central. O quanto da queda dos preços se deve a um ou outro fator sujeito está a controvérsias. Mas, é provável que a relação com a brutal recessão do País seja mais forte. Com a parcial recomposição dos salários, o consumo teve impulso. E, não há dúvida de que a devolução do FGTS também ajudou as compras das famílias no segundo trimestre.

Ante a perspectiva de que a queda inflacionária se estabilize, e dado que não haverá mais liberação de FGTS, o ímpeto ao consumo tenderá a dissipar-se nos próximos meses. No mais, caiu o investimento, encolheu a indústria, as receitas do governo não param de apresentar surpresas negativas. Portanto, falar em recuperação com base nesse que seria chamado de “Pibinho” fosse Dilma ainda a Presidente, é para lá de prematuro. Pensando em gatos, o PIB brasileiro é o verdadeiro gato de Schrödinger: dentro da caixa fechada (e preta) que é o Brasil, ele pode estar morto e vivo ao mesmo tempo.

E C O N O M I S T A ,
PESQUISADORA DO
PETERSON INSTITUTE FOR
I N T E R N A T I O N A L
ECONOMICS

Montadoras têm melhor resultado em 20 meses

Em agosto, vendas de automóveis no País alcançaram 216,5 mil unidades

Cleide Silva
André Ítalo Rocha

A indústria automobilística brasileira registrou em agosto o melhor resultado em vendas em 20 meses. No mês passado foram vendidos 216,5 mil automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. O melhor resultado anterior havia sido registrado em dezembro de 2015, com 227,8 mil unidades. Também foi a primeira vez neste ano que as vendas, medidas por licenciamentos no Renavan (Registro Nacional de Veículos), ultrapassaram a marca de 200 mil unidades. O resultado de agosto é 17,7% superior ao de igual mês do ano passado e 17,1% melhor que o de julho. No acumulado do ano, as vendas totais somam 1,42 milhão de veículos, 5,3% a mais em relação ao período de janeiro a agosto de 2016. O crescimento supera a previsão da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), de 4% para o ano, e pode ser revisto na próxima semana, quando a entidade apresenta o balanço do setor, com dados de produção e exportações.

Com a melhora das vendas internas e exportações em alta, as

montadoras estão aumentando a produção e, em razão disso, estão reduzindo medidas adotadas desde 2015, como férias coletivas, suspensão de contratos (lay-off) e programas de redução de jornada e salários. Em nota, o presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), Alarico Assumpção Júnior, diz que o resultado de agosto é reflexo da percepção, por parte de consumidores e investidores, de melhora da economia brasileira. “A queda nas taxas de juros e as boas notícias na retração do desemprego fizeram com que a confiança do consumidor aumentasse”, afirma o executivo. Segundo ele, a média diária de vendas em agosto, mês que teve 23 dias úteis, foi 4,8% superior a de julho, com 21 dias úteis.

O segmento de automóveis e comerciais leves é o que puxa o crescimento, com 209,8 mil unidades vendidas, 17,8% a mais ante igual mês de 2016 e 17,3% maior que em julho. No ano, o segmento cresceu 5,8%, para 1,38 milhão de unidades. “A influência na melhora da inadimplência começou a refletir, diretamente, na aprovação de crédito para compra destes veículos”, afirma Assunção. Já o segmento de caminhões, apesar de registrar crescimento de 6,5% no comparativo anual e de quase 10% de um mês para outro, acumula no

ano queda de 10,7%, com 34,5 mil unidades. O mercado de ônibus registrou significativa alta de 30,4% na comparação com agosto de 2016 e de 25,7% em relação a julho, mas, no ano, registra queda de 5,4%, para 10,3 mil unidades. Consumidores. A venda de automóveis e comerciais leves diretamente para consumidores, que em junho interrompeu um período de três anos e meio de queda, voltou a subir em agosto, após um resultado negativo em julho.

Em agosto, 123,8 mil veículos foram comprados por pessoas físicas, alta de 9,8% em relação a igual mês de 2016. Nos dois primeiros meses em que apresentou crescimento este ano em comparações interanuais, em março e maio, os resultados foram impulsionados por vendas diretas – clientes pessoa jurídica –, como locadoras, produtores rurais e frotistas. Apesar de agora as vendas para pessoa física também crescerem, o mercado para pessoa jurídica ainda apresenta desempenhos mais favoráveis. Foram 86 mil veículos leves vendidos para empresários em agosto, expansão de 31,7% em relação a igual mês do ano passado. Líder. A General Motors segue como líder no segmento de carros e comerciais leves, com 18,2% de participação nas vendas, bem à frente da Fiat (13,9%) e da Volkswagen, (12,5%).

Maia deve assinar na terça acordo com Rio

Lorena Rodrigues
Tânia Monteiro / BRASÍLIA

O presidente em exercício, Rodrigo Maia, deve assinar na próxima terça-feira o acordo de recuperação fiscal do Estado do Rio de Janeiro com a União, que está empacado há um mês. Ontem, o governo publicou em edição extra do Diário Oficial da União um despacho do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, atestando que o Rio atendeu todas as condições de exigibilidade e está apto a aderir ao programa pelo qual o governo estadual deixará de pagar a dívida com a União e com bancos por até três anos. O plano também permite que o Estado contrate novos empréstimos para reequilibrar as finanças. Em troca, deve cumprir uma série de medidas de ajuste fiscal, que incluem a venda de empresas estatais, a implementação de um teto de gastos e o corte de incentivos fiscais. A tramitação da análise do acordo para auxílio do Estado corre em prazo diferente do previsto no decreto que criou o programa. O pedido foi entregue no dia 31 de julho, mas, até agora, as etapas estavam atrasadas em relação aos prazos legais.

Com a chegada do deputado fluminense Rodrigo Maia à presidência interinamente, porém, os trâmites foram apressados e a expectativa é que, em dois dias úteis, seja cumprida uma etapa para a qual a lei previa até 40 dias. A advogada-geral da União, Grace Mendonça, afirmou, em entrevista ao Estadão/Broadcast, que buscou na situação crítica da violência no Rio uma saída jurídica para validar o acordo. Segundo ela, a lei que cria o programa diz que os Estados devem aplicar, no âmbito de seus regimes previdenciários, “no que couber”, as regras estabelecidas no regime da União. “Como não considerar a situação do Estado do Rio de Janeiro, em especial, na sua perspectiva previdenciária, daqueles que integram as carreiras de segurança pública? Precisamente, como não considerar os pensionistas que já sofreram perdas? Muitas vezes são esposas, familiares, que perderam precocemente seus entes queridos. É preciso considerar isso como um aspecto peculiar do Estado. Há um elemento pontual que justifica plenamente a exceção interpretativa no espaço que a lei deu, “no que couber””, afirmou.

Em 8 meses, saldo comercial bate 2016

Exportações subiram 18,1%, puxadas pelos preços de commodities, e as importações tiveram alta de 7,3%; no ano, superávit vai a US\$ 48 bi

Lorena Rodrigues/BRASÍLIA

O saldo comercial brasileiro ultrapassou, nos oito primeiros meses de 2017, o valor alcançado em todo o ano de 2016 e durante os anos anteriores. De janeiro a agosto, as vendas ao exterior superaram as compras em US\$ 48,1 bilhões, acima do resultado recorde de R\$ 47,7 bilhões registrado em todo o ano passado. Somente em agosto, o resultado foi positivo em R\$ 5,6 bilhões. Diferentemente de 2016, quando o montante foi alcançado principalmente por conta de queda nas importações, o saldo deste ano ocorre apesar do crescimento das compras de 7,3% no ano. Já as exportações subiram ainda mais, 18,1%, impulsionadas pela melhora no preço de commodities, como minério de ferro, e pela safra recorde de produtos agrícolas.

Em agosto, a alta nas vendas foi de 14,7% e, nas compras, 8%. “O resultado do mês de agosto reforça a trajetória muito consistente da balança comercial e uma

recuperação nas exportações como um todo”, disse o secretário de Comércio Exterior, Abrão Neto. Apesar dos bons números, o governo manteve a estimativa de saldo para este ano em US\$ 60 bilhões. Houve crescimento disseminado nas exportações no ano por produto – com aumento nas vendas de básicos (25,8%), semimanufaturados (14,2%) e manufaturado (10,4%) – e para vários destinos, principalmente China, EUA e Argentina. Em agosto, também houve crescimento nas três categorias na comparação com o mesmo mês de 2016. Os básicos cresceram 24,2%, manufaturados 9,7% e semimanufaturados 3,4%. Importações. Pelo lado das importações, em agosto foi registrado o primeiro crescimento nas compras de bens de capital desde junho de 2016, uma alta de 6,6%.

Para o diretor de Estatísticas e Apoio às Exportações da Secex, Herlon Brandão, ainda é prematuro dizer que isso demonstra a recuperação da atividade econômica: “Temos de esperar alguns meses para confirmar, mas é uma boa notícia.” Brandão destacou o crescimento da balança de petróleo e derivados, que, de janeiro a agosto, registrou superávit de US\$ 4 bilhões,

resultado de um crescimento na produção de 10,4% e melhora nos preços. Será o segundo ano na história que a venda de petróleo e derivados ultrapassa a compra. Ele também destacou os aumentos nas vendas de carne in natura (8,6% no ano). Recorde. Para o economista da Tendências Silvio Campos Neto, embora os efeitos positivos da supersafra de grãos estejam perto do fim – o que ajuda a entender a queda de 5,3% dos embarques brasileiros na comparação com julho –, a produção recorde de soja permitiu um aumento superior a 40% das exportações desse produto frente a agosto de 2016, enquanto os preços do minério de ferro voltaram “surpreendentemente” a subir. O economista observa ainda que as exportações de carne bovina, com alta de 48,6% em relação a agosto do ano passado, seguem em recuperação após a Operação Carne Fraca, a ação deflagrada em março pela Polícia Federal que investigou o suborno de fiscais sanitários por grandes frigoríficos do País.

“A balança comercial confirmou o panorama em que, a despeito da sazonalidade menos favorável, as exportações seguem fortes, com crescimento de dois dígitos”, comenta. Já a alta das importações de bens de capital em agosto é, para





Campos Neto, um sinal positivo da reação dos investimentos, ainda que o PIB do segundo trimestre, divulgado ontem, não tenha trazido sinais de recuperação dos investimentos. “É um sinal de que, mesmo de forma lenta, as coisas estão voltando a caminhar. Como ainda vivemos um período de muita incerteza, é normal que a reação seja lenta. Mas o aumento das importações de bens de capital é um bom sinal.” Já a economista especializada em setor externo Lia Valls, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), destacou que a importação de bens de capital avança a ritmo mais lento que a de outros itens, como insumos para o agronegócio, o que é preocupante. / COLABORARAM EDUARDO LAGUNA e ANDRÉ ÍTALO ROCHA

China defende carne brasileira, mas não libera frigoríficos

Sem acordo para o produto nem para a compra de aviões, encontro de Temer com Xi Jinping teve anúncio sobre vistos e futebol

Cláudia Trevisan

O presidente da China, Xi Jinping, disse ontem que é um “garoto propaganda” da carne brasileira e prometeu a seu colega Michel Temer que seu país ampliará as compras do produto. Mas a visita de Estado do brasileiro a Pequim terminou sem nenhum anúncio concreto sobre a habilitação de novos frigoríficos pela China. O último credenciamento ocorreu há dois anos e 89 plantas aguardam o sinal verde para iniciar embarques com destino ao país asiático. “Sempre digo que a carne brasileira é uma das melhores do mundo”, declarou Xi na reunião que teve com Temer no Grande Palácio do Povo, segundo relato de integrantes do governo que acompanharam o encontro. China e Hong Kong são os principais destinos das exportações brasileiras do produto, mas o potencial do mercado de 1,4 bilhão de pessoas está longe de ser explorado pelos empresários nacionais.

A expectativa de que o governo chinês autorizasse a compra de 38 aviões da Embraer por empresas do país foi frustrada. As operações já

foram anunciadas, mas não chegaram a ser concretizadas em razão do atraso na concessão de licenças pela administração federal. Sem elas, as companhias aéreas não podem cumprir os contratos. Apesar da ausência de um acordo formal, o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, disse a Temer que seu governo aprovará as transações. Só não se sabe quando isso ocorrerá. O presidente brasileiro foi recebido com honras militares em sua primeira visita de Estado à China, a mais elaborada no ranking diplomático. Sob um céu escurecido por uma pesada nuvem de poluição, Temer passou em revista as tropas na entrada do Grande Palácio do Povo, que fica na Praça da Paz Celestial e a poucos metros da Cidade Proibida. O número de partículas poluentes no ar ontem era dez vezes superior ao padrão recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O caráter marcial do evento foi amenizado pela performance de um grupo de 80 estudantes de 8 anos e 9 anos. Carregando bandeiras do Brasil e da China, eles gritaram e pularam quando os dois presidentes se aproximaram. Restrições. A China também prometeu flexibilizar a salvaguarda imposta em maio sobre a importação de açúcar, que atingiu em cheio os produtores nacionais. O Brasil é o único país que exporta um

volume superior à quota estabelecida por Pequim, sobre a qual incide tarifa de 15%. A medida adotada pela China elevou de 50% a 95% a alíquota cobrada sobre as vendas que excedem a quota. Esse assunto foi discutido na reunião de Temer com o primeiro-ministro, na qual ficou decidida a criação de um grupo de trabalho para tratar de conflitos e demandas comerciais. Entre elas, está a investigação antidumping sobre as exportações de frango do Brasil aberta pela China duas semanas atrás e outras adotadas pelo Brasil contra a China.

Além dos acordos puramente econômicos, os dois governos firmaram convênio que aumenta de três para cinco anos o prazo de validade de vistos de turismo e de negócios de múltiplas entradas. O Brasil também decidiu abrir 12 novos centros de concessão de vistos no país asiático, com o objetivo de estimular o turismo. A cada ano, a China envia 120 milhões de turistas a outros países. Desses, apenas 50 mil escolhem o Brasil como destino. Os dois países ainda fecharam acordo para coproduções de filmes. A China estabelece uma quota anual para filmes estrangeiros, que normalmente é ocupada por blockbusters de Hollywood. As produções conjuntas são uma maneira de driblar essa barreira e realizar filmes que serão





considerados nacionais. Xi Jinping e grande parte dos chineses são fanáticos por futebol e os dois países definiram cooperação para promoção do esporte, por meio da abertura de escolas na China.

INTEGRAÇÃO

Alguns dos acordos negociados entre o Brasil e a China

Energia

Licença ambiental de instalação da linha de transmissão da usina de Belo Monte, no Pará, à Região Sudeste.

Aviação

Autorização para a venda de 20 aviões da Embraer à Fuzhou Airlines. Valor das aeronaves é próximo de US\$ 1,5 bilhão. Também se espera a autorização para a entrega de 18 aviões para a Tianjin Airlines, cuja venda foi anunciada em 2014 em um

pacote de 40 unidades, mas ainda não concretizada. Os acordos ainda estão sendo negociados

Ferrovias

Memorando de entendimento entre empresas da China e do Cazaquistão e o governo da Bahia com o objetivo de criar um consórcio para participar da licitação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, custo de R\$ 1 bilhão

Vistos

Facilitação de vistos de turismo e ampliação do prazo de vistos de negócios. O Brasil também deve anunciar a abertura de 12 centros de concessão de vistos na China

Futebol

Acordo entre entidade chinesa e a CBF para promover o futebol na China

Acordos podem movimentar US\$ 9,9 bilhões

Recursos viriam como investimento ou crédito para o Brasil; maior valor será destinado à linha de transmissão de Belo Monte

A visita de Estado do presidente Michel Temer à China produziu acordos que têm o potencial de trazer US\$ 9,9 bilhões em investimentos e linhas de créditos para o Brasil nos próximos anos. Alguns terão impacto no curto prazo, mas muitos são memorandos de intenções que levarão tempo para serem totalmente implementados. Além disso, há anúncios requestrados, que já haviam sido realizados pelas partes envolvidas. O maior desembolso virá em razão da concessão da licença ambiental que permitirá o início das obras da linha de transmissão entre a usina de Belo Monte, no Pará, e o Sudeste. De acordo com o embaixador do Brasil em Pequim, Marcos Caramuru, a chinesa State Grid investirá US\$ 3,5 bilhões para

concluir a linha de 2.518 km, a maior do País. A licença foi aprovada pelo Ibama no dia 18.

O segundo maior valor é relativo à concessão de linha de crédito de US\$ 3 bilhões do China Development Bank (CDB) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Antes que o dinheiro seja liberado, os dois lados terão de definir parâmetros para concessão dos financiamentos. Em seguida, aparece o projeto do Porto do Sul, em Ilhéus, e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), que ligará a cidade a Caetité, em um trecho de 500 km. As obras estão avaliadas em US\$ 2,4 bilhões, disse Caramuru. O acordo fechado ontem prevê a formação de um consórcio de empresas chinesas, do Casaquistão e do governo da Bahia para disputar a licitação, em 2018. Não há garantia de que haverá acordo entre os sócios nem que o eventual consórcio vença a disputa.

O financiamento de US\$ 700 milhões da China Communication and Construction Company (CCCC) para a construção de um Terminal de Uso Privado no Porto de São Luís (MA) é o quarto maior valor anunciado ontem. A beneficiária é a brasileira WTR, responsável pelo projeto. As empresas já haviam anunciado o negócio em abril. Na conta de US\$ 9,9 bilhões, Caramuru inclui US\$ 300 milhões de uma linha de crédito que o chinês Eximbank poderá liberar para o Banco do Brasil. O que os dois lados assinaram foi um “esboço de acordo”, que terá de ser detalhando antes de entrar em vigor. Ainda na área financeira, o BNDES e a Sinasure fecharam convênio para a concessão de garantias a empresas chinesas com negócios no Brasil. O governo ainda anunciou a contratação da China National Nuclear Cooperation para avaliar os procedimentos necessários para a conclusão da usina Angra 3. / C.T.

Por Cemig, governo de Pimentel ataca Dilma

Advocacia de Minas afirma que petista foi eleitoreira quando mudou sistema elétrico

Adriana Fernandes
Rafael Moraes Moura

O governo do petista Fernando Pimentel em Minas Gerais fez um duro ataque à política da ex-presidente Dilma Rousseff para o setor de energia na tentativa de barrar no Supremo Tribunal Federal (STF) o leilão das usinas da Cemig pelo governo Michel Temer. Em recurso apresentado ao Supremo, a Advocacia-Geral do Estado (AGE) de Minas acusa o governo Dilma de ter sido eleitoreiro ao mudar as regras do sistema elétrico por meio da Medida Provisória (MP) 579. “Puro engodo”, critica o governo mineiro. Com essa MP, Dilma buscou reduzir o custo de energia no Brasil, mas acabou provocando uma desorganização do setor com custos para os consumidores e o Tesouro Nacional. Além de amigo de Dilma, Pimentel foi um dos ministros mais próximos da ex-presidente durante o seu governo.

O leilão das usinas está no centro de uma disputa porque a equipe econômica de Temer conta com R\$

11 bilhões para reforçar o caixa este ano com a venda das concessões, mas políticos do Estado pressionam o presidente Temer a aceitar um acordo com a Cemig e garantir empréstimo do BNDES para pagar as concessões. Na petição, o governo mineiro, que é o acionista controlador da Cemig, pede ao ministro Dias Tofolli, relator do processo no STF, para ser assistente simples da companhia de energia no mandado de segurança para o direito da empresa ter prorrogada a concessão das usinas Jaguará, São Simão e Miranda. Como assistente, o governo mineiro poderá atuar como auxiliar da companhia na ação, exercendo os mesmos poderes e sujeitando-se aos mesmos ônus processuais.

Máscara. “Utilizou-se a máscara de reorganizar o sistema elétrico brasileiro, mas seu intuito, na realidade, era simplesmente eleitoreiro. Diminuiu o custo da energia, no primeiro momento (pré-eleitoral), e posteriormente se mostrou impróprio e ineficaz, tendo a energia aumentado o seu valor bem superior ao que havia reduzido”, argumenta o governo de MG. “Onde o interesse público relevante se fez presente?”, questiona a AGE para

depois acrescentar que, ao contrário, o sistema elétrico “restou piorado”. No recurso, o governo mineiro destaca que a Cemig tem o direito “cristalino” de manter as concessões. O Estado argumenta que, caso as concessões das três usinas não sejam prorrogadas, a empresa perderá mais de 50% de sua capacidade de geração de energia elétrica, com reflexos sociais e financeiros para a região.

O Estado de Minas também ataca a política fiscal do governo Michel Temer, porque diz que os R\$ 11 bilhões esperados no leilão das usinas só servirão para reduzir o déficit público e que o consumidor acabará pagando a conta de uma energia mais alta. O governo de Minas Gerais respondeu à reportagem por meio da Advocacia Geral do Estado, que informou que os argumentos “não implicam em qualquer avaliação de ordem política ou partidária, mas tão somente ressaltam a necessidade de ser debatido o desajuste institucional que se observa na estrutura do Estado brasileiro.” A assessoria de Dilma Rousseff não respondeu à reportagem até a publicação deste texto. O ministério da Fazenda também não quis comentar.

CONJUNTURA »

Brasil sai da recessão: PIB cresce mais um trimestre

Alta de 0,2% na produção de riquezas faz mercado revisar projeções para 2017 e reduz risco de papéis brasileiros de cinco anos para 193 pontos. Consumo das famílias e o setor de serviços puxam resultado positivo, influenciados pela liberação dos recursos de contas inativas do FGTS

ANTONIO TEMÓTEO

A alta de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no 2º trimestre de 2017 em relação ao período imediatamente anterior, a segunda consecutiva desde 2014, animou o mercado e levou analistas a revisarem as projeções para o desempenho da economia até o fim do ano. Os mais otimistas já avaliam que o pior ficou para trás e a geração de riquezas deve registrar expansão de até 1%. Entretanto, os especialistas alertam que um ciclo sustentável de crescimento de longo prazo ainda depende da aprovação de reformas para reequilibrar as finanças públicas. O resultado positivo também foi comemorado pelo governo, que aposta todas as fichas na retomada da atividade para reduzir o desgaste provocado pela crise política.

Em viagem oficial à China para tentar atrair investidores para o

pacote de concessões, o presidente da República, Michel Temer, foi categórico. “O Brasil está crescendo, está se recuperando”, afirmou. As boas notícias para o chefe do Executivo não pararam por aí. Com a alta do PIB, o risco país, apurado pelos Credit Default Swaps (CDS) — papéis brasileiros de cinco anos — chegaram aos 193 pontos, menor patamar desde que o peemedebista passou a despachar no Palácio do Planalto. Os CDS são uma espécie de seguro contra calotes e ultrapassaram os 500 pontos durante a gestão de Dilma Rousseff.

A coordenadora de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rebeca Palis, explicou que a expansão do PIB entre abril e junho foi impulsionada pelo consumo das famílias — que registrou alta de 1,4% em relação ao trimestre imediatamente anterior — e pelo setor de serviços, que teve alta de 0,6% no mesmo período. “O aumento do salário real mais que compensou a queda na ocupação”, afirmou. Ela ainda destacou que a liberação de recursos das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a queda da inflação e do juros favoreceram esse processo.

A agropecuária teve variação nula no mesmo período analisado, mas,

em relação ao 2º trimestre de 2016, registrou ganhos de produtividade e expansão de 56,1% na safra de milho, de 19,7% nas lavouras de soja e de 16,3% nas plantações de arroz. A pujança do campo e da extração de recursos naturais levaram a exportação de bens e serviços a registrar alta de 0,5%. Os destaques negativos, entretanto, foram a indústria, que encolheu 0,5%, além da retração de 0,7% da formação bruta de capital fixo. Diante das restrições orçamentárias da União, de estados e municípios, o consumo do governo despencou 0,9%.

Ranking

Apesar do resultado positivo, o nível de crescimento brasileiro está aquém de diversas economias do mundo. A alta de 0,3% do PIB no 2º trimestre na comparação com o mesmo período de 2016 foi a segunda menor em uma lista com 42 países que divulgaram os resultados das contas nacionais neste ano, conforme levantamento da Austin Ratings. O ranking é liderado pela China, que cresceu 6,9% e tem a Noruega na lanterna, com expansão de 0,2%. “Nessa lista não está incluída a Grécia, que deverá divulgar o resultado na segunda-feira e tudo indica que virá bem melhor do que o do Brasil. O país europeu, após sete anos de crise econômica, está se recuperando porque fez os ajustes que precisam ser feitos aqui, como a





reforma da Previdência”, alertou o economista-chefe da Austin, Alex Agostini.

Alheio às comparações, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, avaliou que a retomada da atividade se fortalecerá nos próximos meses. “Entraremos em 2018 num ritmo forte e constante. Continuaremos a trabalhar para garantir que essa expansão seja longa e duradoura, gerando emprego e renda para os brasileiros”, disse. O Ministério do Planejamento informou que, nos próximos meses, outras medidas favoráveis ao crescimento econômico deverão implicar resultados similares e garantir a manutenção da retomada da atividade, do emprego e da renda, de maneira sólida e sustentável.

O chefe de economia e estratégia do Bank of America Merrill Lynch no Brasil, David Beker, destacou que o crescimento de 0,2% do PIB entre abril e junho surpreendeu o mercado. Segundo ele, o resultado está em linha com sua projeção de alta de 0,6% da geração de riquezas no país, revisada recentemente. Beker ainda ressaltou que o desempenho da atividade econômica deve implicar revisão adicional da estimativa para 2018, atualmente em 1,5%. “O progresso na agenda de reformas é crucial para sustentar aumentos nos índices de confiança e nos indicadores de atividade ao longo dos próximos meses”, ponderou.

Nas contas do economista-chefe do Banco Fibra, Cristiano Oliveira,

a “herança estatística” do PIB do 2º trimestre para o restante do ano é positiva em 0,47%. “Ou seja, mesmo que nos próximos dois trimestres o crescimento seja nulo, a economia em 2017 terá essa taxa de expansão”, resumiu. Para ele, o país tem potencial para crescer até 1% no ano, com a tendência de melhora esperada no segundo semestre. “Para 2018 mantemos a estimativa de crescimento de 3,7%. Acreditamos que parcela significativa do mercado terá que revisar para cima suas estimativas de crescimento para ambos os anos”, disse.

Bolsa tem maior nível desde 2010

O crescimento da atividade econômica no segundo trimestre, anunciado pelo IBGE, animou o mercado financeiro. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) registrou alta de 1,54%, ontem, alcançando 71.923 pontos, o maior patamar desde novembro de 2010. Na semana, a valorização foi de 1,20%. O dólar comercial caiu 0,01%, cotado a R\$ 3,147 para venda. “A bolsa vinha ensaiando chegar a esse patamar há um bom tempo. O PIB deu um empurrãozinho”, disse Pedro Coelho Afonso, da Gradual Investimentos. Também contribuiu para a alta a notícia de que a criação de empregos nos Estados Unidos, em julho, ficou aquém do esperado. Foram geradas 156 mil vagas, ante expectativa de 180 mil. O ritmo mais lento da economia norte-americana indica que os juros por lá não vão subir tão cedo, o que deve manter o fluxo de recursos para países emergentes.



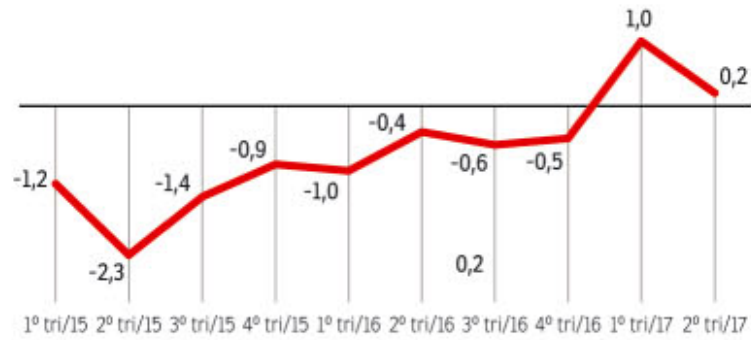


Sinais de recuperação

Mercado se anima com crescimento da atividade no 2º trimestre

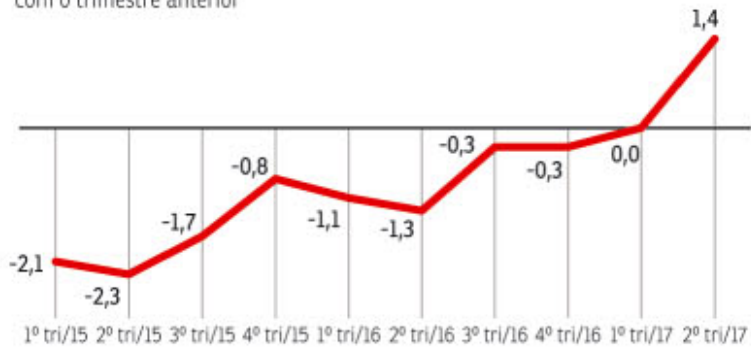
Evolução do PIB (em %)

Crescimento em relação ao trimestre anterior



Consumo das famílias (em %)

Queda de juros, da inflação e crédito impulsionaram gastos na comparação com o trimestre anterior

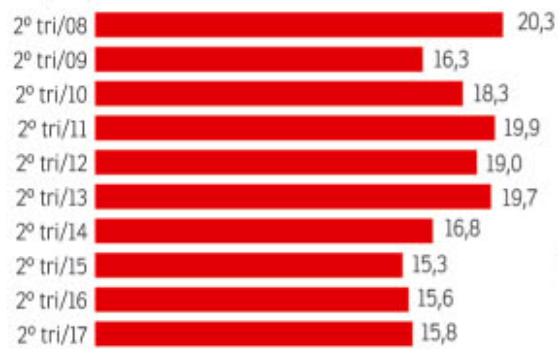




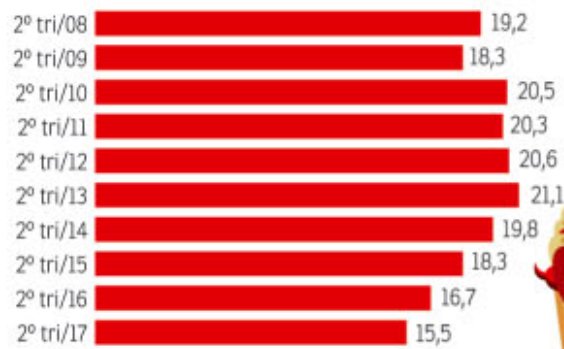
Investimentos x poupança (em % PIB)

Recursos encarteirados superam obras pela primeira vez desde 2008

Poupança



Investimentos



Por dentro do PIB (em%)

Veja como cada setor se comportou em relação ao trimestre imediatamente anterior

Oferta



Demanda



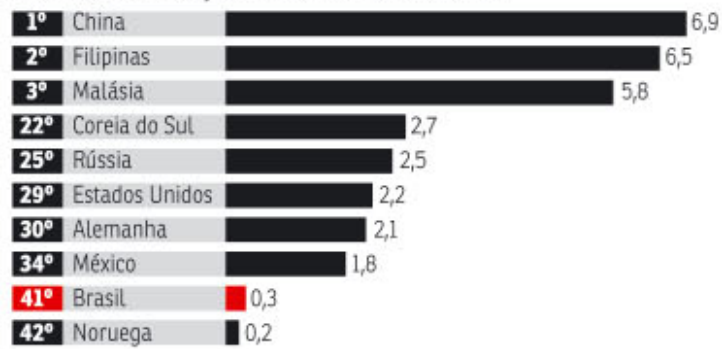
Fonte: IBGE





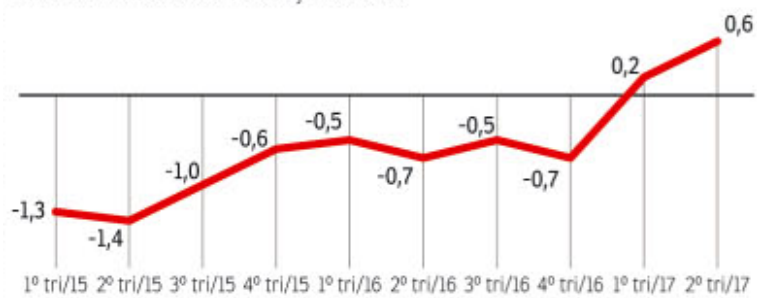
Comparação mundial (em %)

Crescimento em relação ao mesmo trimestre de 2016



Serviços (em %)

Setor é beneficiado com liberação do FGTS



CONJUNTURA »

Consumo das famílias é destaque

Crescimento de 1,4% dos gastos dos consumidores impulsiona a economia. FGTS, melhora do emprego e inflação baixa reforçam demanda

HAMILTON FERRARI
ESPECIAL PARA O CORREIO

O consumo das famílias e o setor de serviços impulsionaram o crescimento de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre. A liberação do saque das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a inflação mais baixa e a leve redução do desemprego permitiram que o comércio se expandisse, depois de nove trimestres consecutivos de queda. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o consumo das famílias aumentou 1,4%, com movimentação de R\$ 1,02 trilhão no período.

De acordo com levantamento da Confederação Nacional do Comércio (CNC), cerca de 25% dos R\$ 44 bilhões liberados do FGTS chegaram ao varejo. Para especialistas, os saques não continuarão tendo impacto nos próximos meses. “O resultado estará mais ligado a fatores como inflação

baixa e desemprego menor”, disse Flávio Borges, superintendente financeiro do SPC Brasil.

Segundo o Banco Central, em junho, o comprometimento da renda familiar com dívidas caiu de 21,3% para 21,1%. Foi o terceiro mês de recuo do indicador. Além disso, a melhora do mercado de trabalho tem ajudado. “Não dá para ficar extremamente animado, mas acredito que estamos vivendo um momento de recuperação gradual”, afirmou Alexandre Espírito Santo, da Órama Investimentos.

A publicitária Dábilla Ellena de Almeida, 27 anos, perdeu o emprego numa clínica de estética no início de 2016 e só conseguiu voltar ao mercado de trabalho em julho passado. Com a recuperação da renda, voltou a consumir produtos e serviços como antigamente. “Passei por um período em que tive de cortar gastos. Com o novo trabalho, comecei a consumir mais, como fazia em 2016”, disse ela.

O recuo da inflação também estimulou o consumo. No primeiro semestre, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu apenas 1,18%, em boa parte devido à safra agrícola recorde, que permitiu

que os preços dos alimentos caíssem, ampliando a capacidade de consumo da população.

Expectativa

Os serviços também foram um dos motores do crescimento no trimestre. O setor cresceu 0,6%, sendo que o comércio registrou expansão de 1,9%. Apesar disso, Núbia Missês, 43 anos, vendedora de produtos domésticos, disse que a procura está “parada”. Segundo ela, o quiosque em que trabalha enfrenta a pior fase desde o início da crise. “Tem dia em que não vendemos uma peça de toalha. Há dois anos, conseguíamos R\$ 3 mil todos os dias. Espero que os próximos meses sejam melhores”, disse.

A empresária Elaine Fava, 69 anos, que vende fogões artesanais, afirmou que os resultados ainda não são os ideais, mas espera melhora no segundo semestre. “Nos primeiros seis meses não vendemos muito, mas foi melhorando até junho. Em julho também teve venda razoável, mas agosto foi um mês péssimo. Esperamos um bom número em setembro e tenho confiança que o restante do ano vai ser melhor”, torce a empresária.

Exportações pesam menos

Apesar de continuar com impacto positivo, o setor externo ajudou menos o avanço do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre. As exportações cresceram 0,5% em relação aos primeiros três meses do ano, quando haviam subido 4,8%. As importações caíram 3,5%. Na comparação com igual período do ano passado, as exportações registraram alta de 2,5%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Nos primeiros meses do ano, a agropecuária puxou o resultado positivo, por contas das safras recordes de soja e milho, que têm participação relevante na pauta de exportações. Na avaliação de Lia Valls, pesquisadora da área do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), apesar de ter diminuído a força no segundo trimestre, o setor agropastoril continua tendo peso na retomada da economia.

Além disso, a especialista destacou a contribuição da indústria automobilística, que começa a demonstrar sinais de reação. “Não é o que está puxando a economia brasileira, mas é um fator positivo”, afirmou. No segundo trimestre, aumentaram as vendas externas de veículos automotores, petróleo e gás natural, produtos agropecuários e papel e celulose.

O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, afirmou que os resultados da agropecuária tendem a ser menores no segundo semestre e que ainda há entraves para a indústria reagir. “Em relação às commodities, dependemos dos países compradores e, em setembro, por exemplo, é normal que a venda de soja caia. Na indústria, o problema é o custo da produção dos manufaturados, que é muito alto”, observou.

Balança tem saldo recorde

A balança comercial acumulou superavit de US\$ 48,1 bilhões de janeiro a agosto. O resultado já ultrapassa todo o saldo positivo do ano passado, que alcançou US\$ 47,7 bilhões, o melhor da série histórica, iniciada em 1989. Agosto também registrou resultado recorde, com superavit de US\$ 5,6 bilhões, o maior para o período desde o início da medição. No mês passado, as exportações somaram US\$ 19,475 bilhões, superando as importações de US\$ 13,9 bilhões, de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

O aumento das exportações é explicado, em parte, pela alta dos preços dos produtos brasileiros no exterior, segundo o diretor do Departamento de Estatística e Apoio à Exportação do Mdic, Herlon Brandão. Os destaques de agosto foram o crescimento de 48,6% das vendas de carne bovina in natura e, do lado das importações, o aumento de 6,6% das compras externas de bens de capital, que são insumos para a indústria, indicando reaquecimento da atividade interna.

O segmento não crescia desde junho do ano passado. “Ainda não podemos dizer que é um crescimento consistente, mas sem dúvidas é um dado positivo”, avaliou Brandão. Apesar do resultado já acumulado, o Mide mantém a previsão de fechar 2017 com superavit de US\$ 60 bilhões. (MS)

CONJUNTURA »

Motor em marcha reduzida

Principal fator para promover o crescimento sustentável da economia, os investimentos continuam em queda

ROSANA HESSEL

Após 12 trimestres com desempenho negativo, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou alta de 0,3% entre abril e junho, na comparação com o mesmo intervalo do ano anterior. No entanto, os investimentos continuaram em queda. O indicador conhecido como Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) sofreu contração de 6,5% no segundo trimestre de 2017, a 13ª consecutiva, conforme dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o órgão, o recuo é explicado, principalmente, pela queda das importações de bens de capital e pelo desempenho ruim da construção civil. Outro dos

principais motores do investimento, os gastos do governo encolheram 2,4%. Foi o nono trimestre seguido de retração.

“A recuperação do investimento será gradual e não deve ocorrer neste ano”, avisou o economista Evandro Buccini, da Rio Bravo Investimentos. Ele ressaltou que o plano de privatização de estatais, anunciado recentemente pelo governo, pode ajudar a reverter o quadro a partir do próximo ano. “Mas é preciso que o plano saia do papel e que o mercado de crédito melhore para a pessoa jurídica”, explicou.

O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, observou que o resultado do PIB acabou surpreendendo positivamente apesar da “crise política sem precedentes”, deflagrada em maio. “O que se imaginava muito negativo para a economia acabou não acontecendo. Antes da crise, já se imaginava um resultado não muito diferente do que

ocorreu no trimestre”, destacou.

O ritmo dos investimentos vinha caindo na comparação anual, mas o recuo de 6,5% entre abril e junho ficou bem acima dos 3,7% de janeiro a maio. “A queda se acentuou, o que, em parte, pode ser atribuído à crise política, mas também à base de comparação muito alta de junho do ano passado”, acrescentou.

Impacto

Para Sérgio Vale, da MB Associados, o impacto da crise política nos investimentos deve continuar nos próximos três meses, como ocorreu em 2005, durante o escândalo do Mensalão. Naquele ano, a crise afetou negativamente o investimento no terceiro trimestre. “Com a estabilidade política que veio a seguir, o investimento voltou a acelerar, o que parece ser o caso novamente agora, guardadas as devidas proporções. Desta vez, a recuperação será mais lenta, dada a forte recessão”, afirmou.

Construção afunda a indústria

RODOLFO COSTA



Cenário desolador: setor apresentou queda de 2% no segundo trimestre, na sexta retração consecutiva

A indústria não conseguiu manter o crescimento de 0,7% do primeiro trimestre e registrou queda de 0,5% nos três meses seguintes, dando sinais de que ainda não entrou em trajetória firme de recuperação. Analistas lembram que o recuo da indústria foi puxado pela construção civil, que caiu 2% no período de abril a junho. A indústria de transformação, por sua vez, avançou 0,1%.

A queda da construção civil foi a maior entre os segmentos que compõem o setor industrial. Foi a

sexta retração trimestral consecutiva, algo nunca antes registrado na história da atividade, que enfrenta uma crise sem precedentes. Em relação ao segundo trimestre de 2016, o tombo foi de 7%.

No caso da indústria de transformação, o desempenho do segundo trimestre mostrou um setor “praticamente estável”, de acordo com o economista Marcelo Azevedo, da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo ele, a expectativa é que a recuperação continue gradual nos próximos meses.

“O que vem ocorrendo é uma oscilação da indústria, o que é comum em períodos de saída de crise. Em julho, por exemplo, houve um resultado mais positivo, e a tendência é chegarmos a um crescimento de 0,5% no acumulado do ano”, afirmou Azevedo. Ele lembrou que a taxa de ociosidade no setor ainda é elevada, alcançando 32,6% da capacidade instalada.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) atribui o

cenário desolador da atividade à ainda fraca demanda na economia. A queda dos investimentos das empresas emperra lançamento de novos empreendimentos. O recuo do consumo do governo, por sua vez, freia a geração de negócios com a administração pública. Já as despesas das famílias ainda não são firmes o suficiente para possibilitar a recuperação do setor.

“Faltam estímulos para a construção civil crescer. É uma cadeia de produção enorme que ainda não tem solução. Faltam marcos regulatórios para fechar parcerias público-privadas (PPPs); confiança dos empresários para investir; ou emprego, renda e crédito para as famílias consumirem”, lamentou o presidente da Cbic, José Carlos Martins.

(Colaborou Rosana Hessel)

“Faltam estímulos para a construção civil crescer. É uma cadeia de produção enorme que ainda não tem solução.”

José Carlos Martins,
presidente da Cbic

Agropecuária fica estável

A agropecuária não conseguiu manter o forte crescimento que puxou a economia do país no primeiro trimestre. Após ter avançado 11,6% no início do ano, o setor estagnou (0,0%) no acumulado entre abril e junho, na comparação com os três meses imediatamente anteriores.

O resultado, porém, já era esperado e, para muitos analistas, não seria surpresa se tivesse sido registrada queda, após a forte expansão dos três meses anteriores. O cenário, porém, não é considerado negativo. Na avaliação do economista-chefe da Gerencial Auditoria e Consultoria, José Luiz Amaral Machado, o setor continua robusto.

Machado avalia que o resultado só não foi melhor devido à crise gerada pela divulgação, em maio, da

gravação da conversa entre o empresário Joesley Batista, dono da JBS, uma das maiores processadoras de carne do mundo, e o presidente Michel Temer. “Os impactos não recaíram apenas sobre a empresa. Houve uma contaminação geral das expectativas que comprometeu os investimentos e a evolução dos negócios”, analisou.

O desempenho neutro na passagem trimestral, no entanto, não mostra o potencial do setor, advertiu o economista-chefe da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Antônio da Luz. Na comparação interanual, ou seja, com o mesmo período do ano passado, o PIB da agropecuária avançou 14,9%. No primeiro trimestre, a alta havia sido de 15,2%. Isso mostra, segundo ele, que o setor seguiu produzindo tanto quanto antes. (RC)

País em rota de recuperação

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,2% e chegou a R\$ 1,639 trilhão no segundo trimestre deste ano, na comparação com o igual período anterior, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a segunda alta consecutiva desde o fim de 2014, puxada pelo setor de serviços, que avançou 0,6%, movido pelo consumo das famílias, que aumentou 1,4%. Ou seja, a queda no desemprego e a liberação do dinheiro das contas inativas do FGTS contribuíram para o resultado. É um bom sinal, e indica que, lentamente, o país começa vencer a recessão. Mas o tímido percentual ainda não merece larga comemoração. “Apontamos crescimento quando é superior a 0,5%”, afirmou Rebeca de La Rocque Pali, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Entre os setores importantes, o agropecuário, até então força propulsora do PIB, ficou estável (0,0%) no segundo trimestre, após três intervalos seguidos de alta. A indústria recuou 0,5% em relação ao primeiro trimestre do ano, após ter crescido 0,7% nos primeiros três meses. A oscilação e a retração dos investimentos decorrem, em boa parte, da instabilidade política.

De acordo com o IBGE, a formação bruta de capital fixo (FBCF) — referência de investimento — caiu 6,5% ante o segundo trimestre de 2016, e apresentou o 13º

resultado negativo nesse tipo de comparação. O dado impõe uma ação mais responsável ao Congresso Nacional, que vem postergando a aprovação de reformas, como a da Previdência, e medidas que buscam o equilíbrio fiscal. Exige enxugamento dos gastos públicos em todos os poderes da República, entre eles o Judiciário. É imperativo enquadrar as despesas à realidade nacional.

As recorrentes denúncias contra integrantes do Executivo e do Legislativo — entre elas, algumas que atingem, direta ou indiretamente, o presidente da República, inibem potenciais investidores. O empresariado considera ainda a proximidade das eleições de 2018 e, por cautela, adia os planos de expansão de negócios. Esse cenário de incertezas retarda a recuperação econômica.

É fundamental estabelecer regras que criem ambiente seguro aos que têm interesse em investir no país. E como fazer isso se os parlamentares seguem pródigos em embates ideológicos e na preservação de interesses pessoais ou de grupos em detrimento das demandas nacionais? A perda de tempo com discussões estéreis e o elevado grau de corrupção, que perpassa as instituições, somam para reduzir a credibilidade do Brasil ante os investidores nacionais e estrangeiros. É preciso mudar e agir a favor do país.